



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Curso de Processo Administrativo Disciplinar

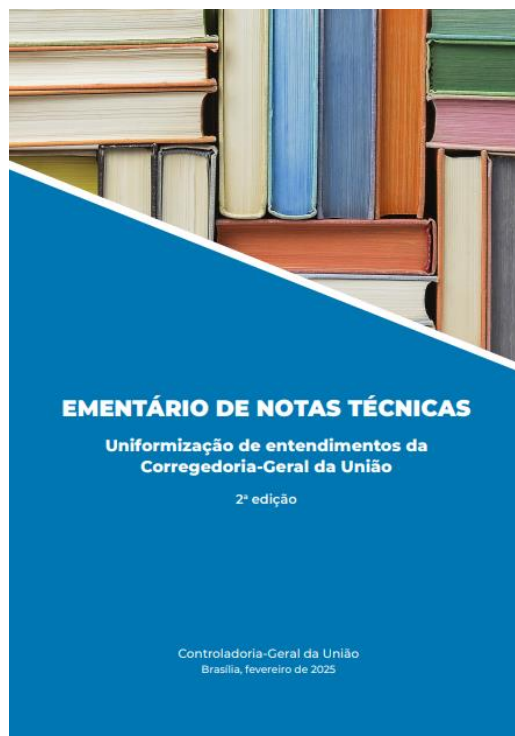
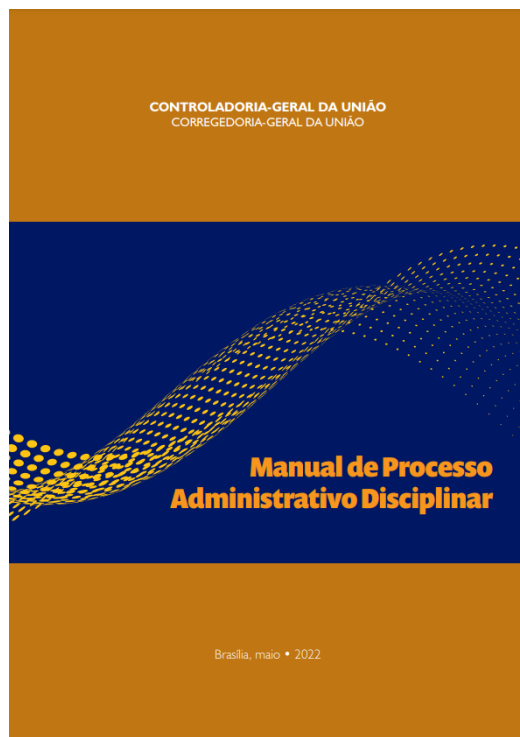
Grupo no WhatsApp



Conteúdo do curso

1. Conceitos Introdutórios de Direito Administrativo Disciplinar
2. Procedimentos Investigativos
3. Termo de Ajustamento de Conduta
4. Processos Correcionais
5. Prescrição
6. Julgamento
7. Rito Sumário
8. Nulidades
9. Acesso aos processos correcionais

Material Complementar





Portal de Corregedorias

<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br>



Órgão central dos sistemas de Controle Interno, de Ouvidoria, de Integridade e de Correição.

Corregedoria-Geral da União

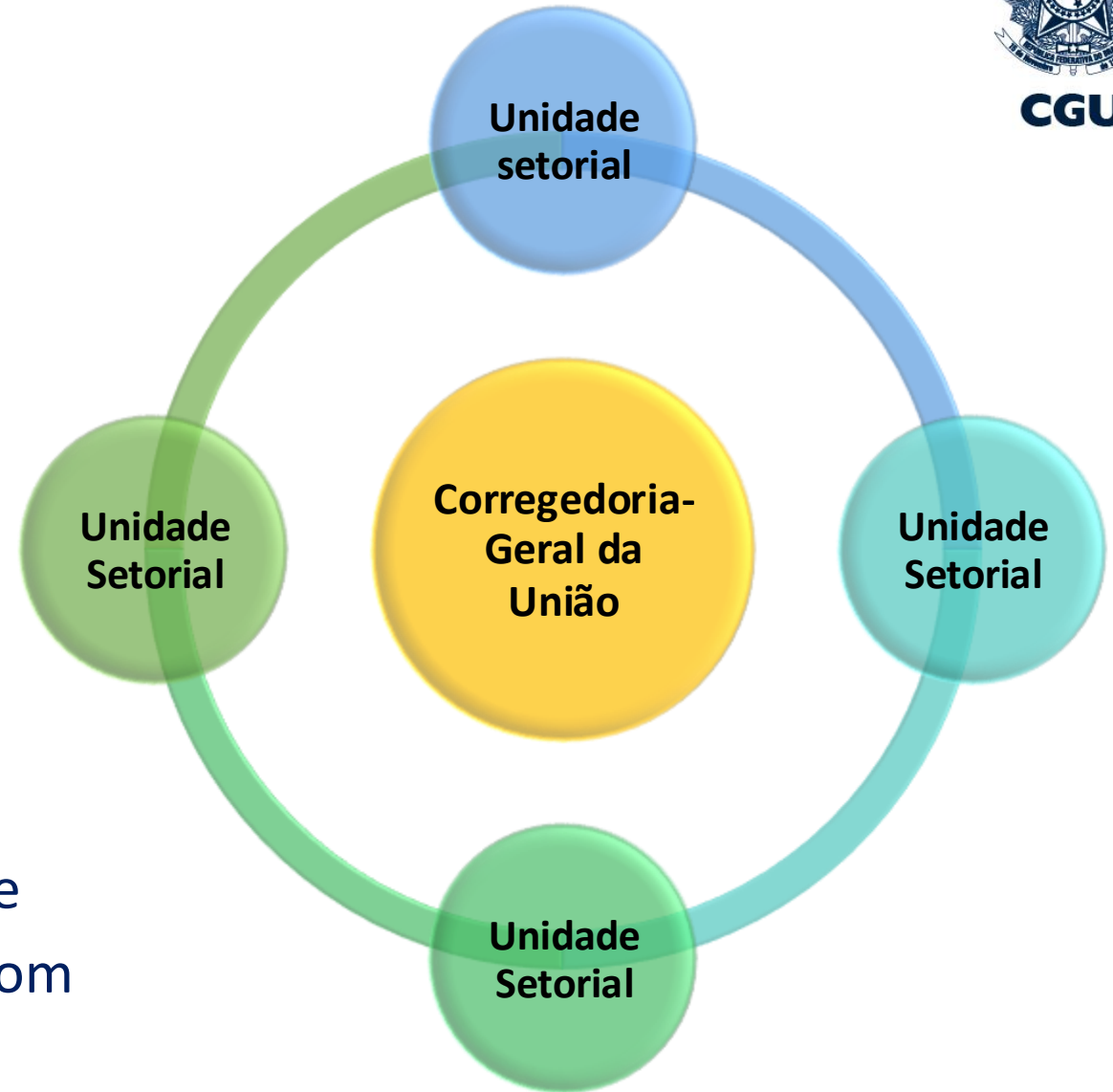


Decreto 5.480/2005

- ✓ Órgão central – CRG
- ✓ Órgãos setoriais - unidades correcionais dos órgãos e entidades

Responsabilização

- ✓ Agente político: crime de responsabilidade
- ✓ Demais agentes: infração administrativa com apuração pelo SisCor.





Sistema de Correição do Poder Executivo Federal



Supervisão e acompanhamento



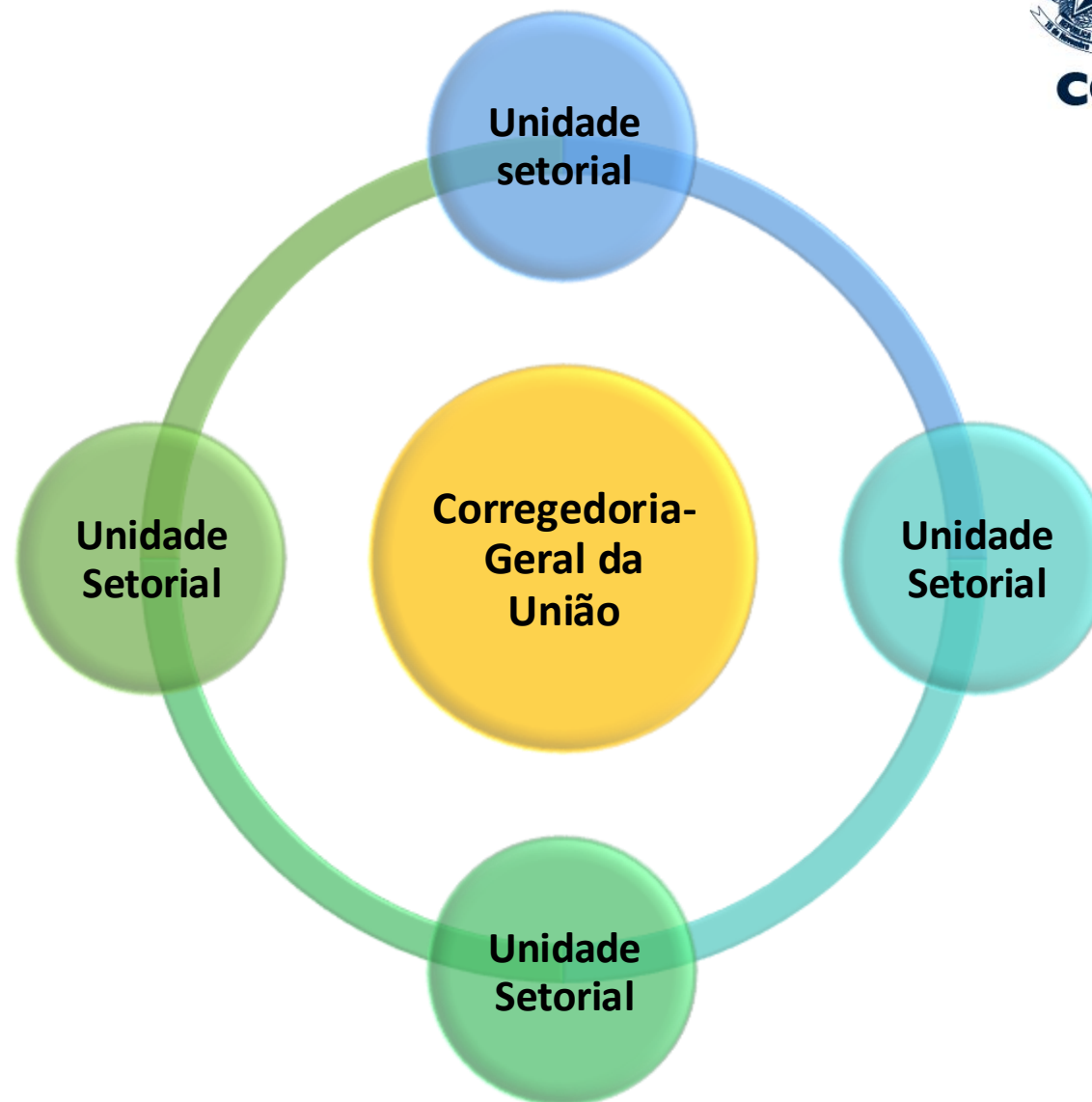
Sistemas da CRG



Disponibilização de material técnico



Realização de cursos e treinamentos



PROCOR

Programa de
Fortalecimento
de Corregedorias



A **integração** das atividades correcionais
Intercâmbio de informações e de experiências entre as
Corregedorias



Realização de
 cursos e
treinamentos



Elaboração e
distribuição de
material técnico



Disponibilização
dos **sistemas** da
CRG



Rede de Corregedorias

CRG + Corregedorias dos Estados e Municípios
e demais Poderes



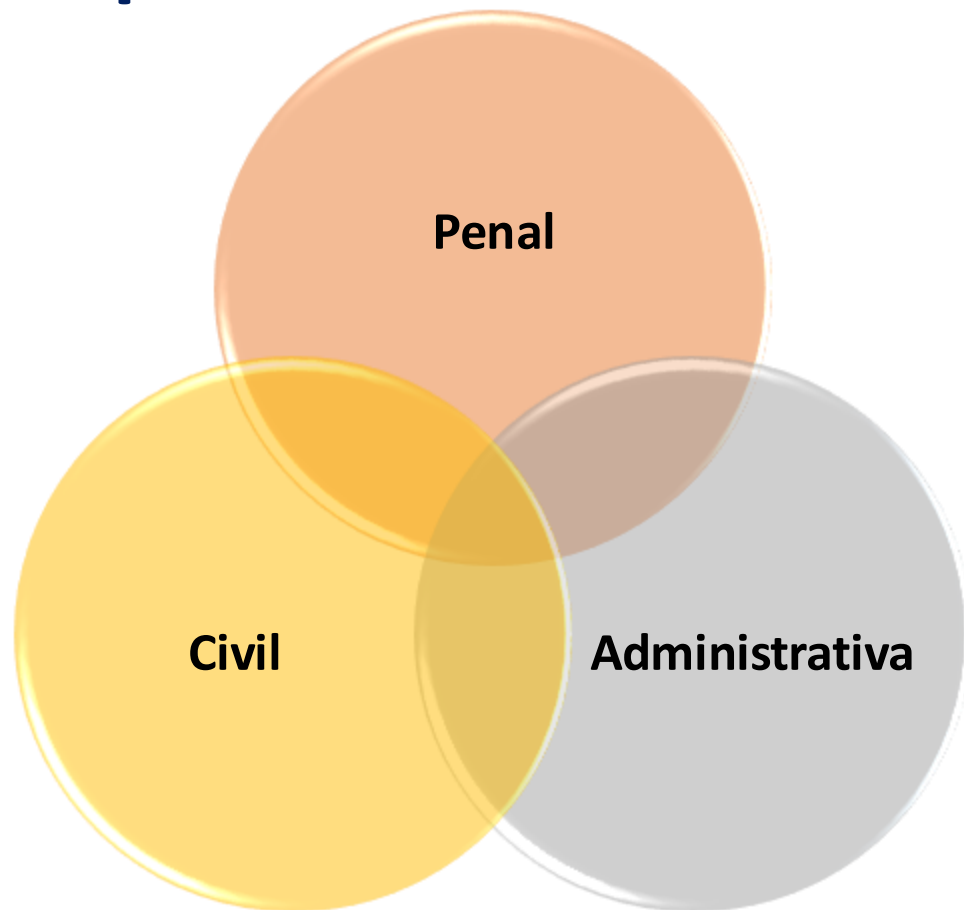
Conceitos Introdutórios

Direito Administrativo Disciplinar



Conceitos Introdutórios

Independência das Instâncias



Exceções:

1. sentença penal absolutória que negue materialidade ou autoria.
2. Decisão do TCU que decida que negue a existência do fato ou a autoria.

→ Julgamento de contas regulares não tem repercussão na instância disciplinar.

Conceitos Introdutórios

Princípio	Detalhamento
Informalismo moderado	Dispensa formas rígidas
Busca pela verdade	Não admite a verdade sabida nem a verdade formal
Presunção de inocência	Regra de tratamento e de julgamento
Motivação	Razões das decisões devem ser explicitadas
Contraditório	Comunicação, participação e interferência
Ampla defesa	Defesa técnica e autodefesa
Boa fé	Vedação de atos de deslealdade processual e comportamentos contraditórios
Razoável duração do processo	Processo célere

Conceitos Introdutórios

Ciência do fato

- ❖ Denúncia
 - ❖ Denúncia anônima
- ❖ Representação
- ❖ Mídia
- ❖ Relatório de Auditoria
- ❖ Procedimentos investigativos



construção de 18,5 sistemas simplificados de abastecimento d'água, com perfuração de poços artesanais e instalação de adutoras, em diversos municípios do Estado do Ceará, no valor global de R\$ 14.469.957,23, em ação do Programa Água Para Todos.

POR QUE O TRABALHO FOI REALIZADO?

O trabalho foi realizado a partir de demanda interna da CGU tendo como objetivo a avaliação das ações de responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, quanto à execução do Programa Água Para Todos nos municípios do Estado do Ceará.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS? QUAIS RECOMENDAÇÕES FORAM EMITIDAS?

Foram constatadas graves irregularidades, que deixam evidente que todo o processo de contratação direta da empresa Imperatriz Poços e Irrigações Ltda., espelhado no Contrato nº 030/2013/DNOCS/CEST/CE, foi conduzido de forma flagrantemente contrária aos princípios e normas basilares que regem a atuação da administração pública.

A CEST/CE pagou a importância de R\$ 13.089.346,03 à Imperatriz Poços e Irrigações Ltda. e não foi comprovado adequadamente quantos sistemas foram medidos e pagos, e as localidades onde foram implantados. Vale salientar a existência de uma



Conceitos Introdutórios



Proteção do Denunciante: Decreto nº 10.153/2019.

Art. 6º O denunciante terá seus **elementos de identificação preservados** desde o recebimento da denúncia, nos termos do disposto no § 7º do art. 10 da Lei nº 13.460, de 2017, e no art. 4º-B da Lei nº 13.608, de 2018. (Redação dada pelo Decreto nº 10.890, de 2021)

§ 1º A restrição de acesso aos elementos de identificação do denunciante será mantida pela unidade de ouvidoria responsável pelo tratamento da denúncia pelo prazo de cem anos, conforme o disposto no inciso I do § 1º do art. 31 da Lei nº 12.527, de 2011.

§ 2º A preservação dos elementos de identificação referidos no **caput será realizada por meio do sigilo do nome, do endereço e de quaisquer outros elementos que possam identificar o denunciante.**

....

§ 4º A unidade de ouvidoria responsável pelo tratamento da denúncia providenciará a sua **pseudonimização** para o posterior envio às unidades de apuração competentes, observado o disposto no § 2º.

Art. 7º A unidade de apuração competente poderá requisitar à unidade de ouvidoria informações sobre a identidade do denunciante, **quando for indispensável à análise dos fatos relatados na denúncia.** (Redação dada pelo Decreto nº 10.890, de 2021)

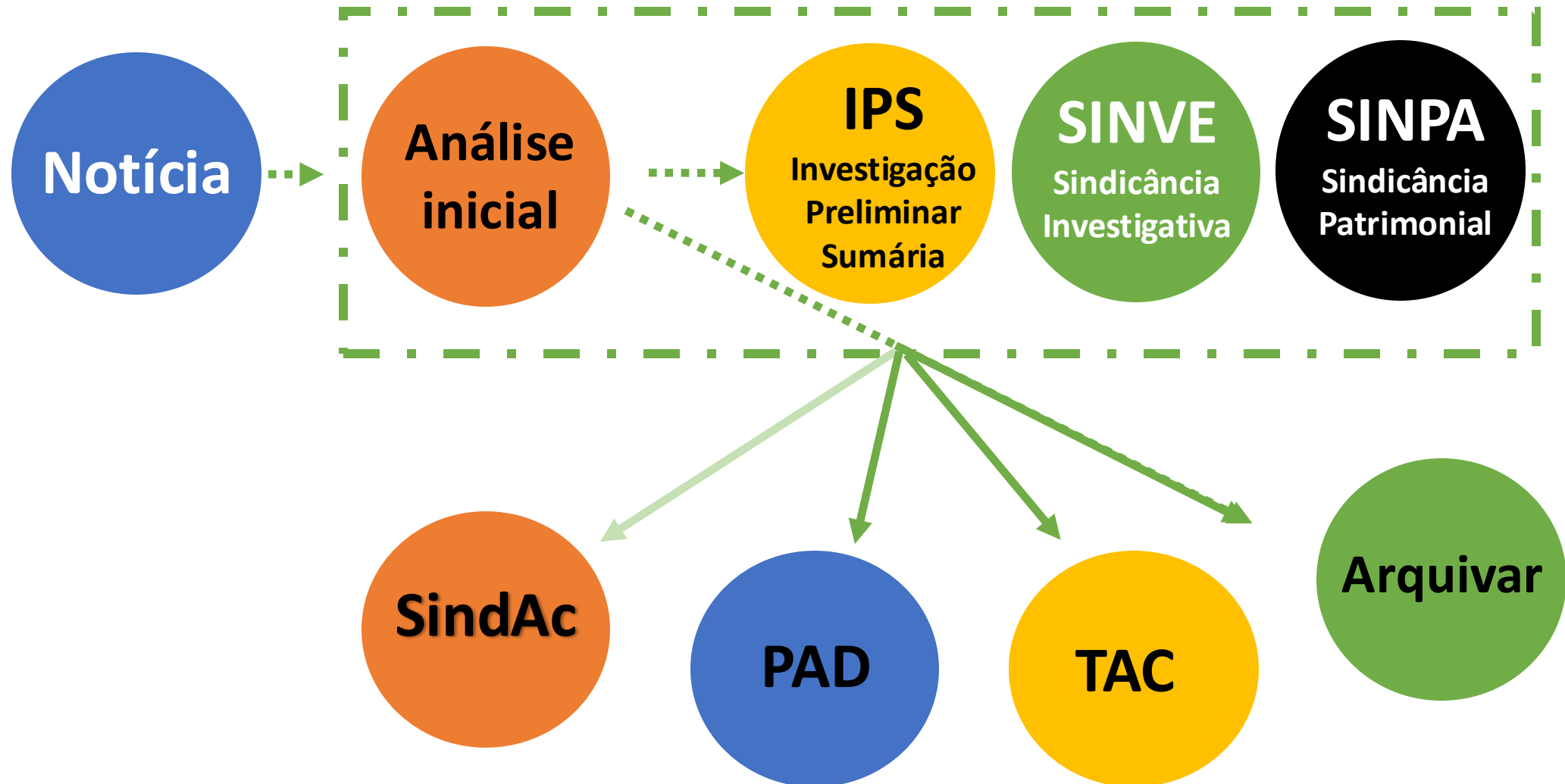
Procedimentos e Processos

- Dever de apurar

“Art. 143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua **apuração imediata**, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa”.

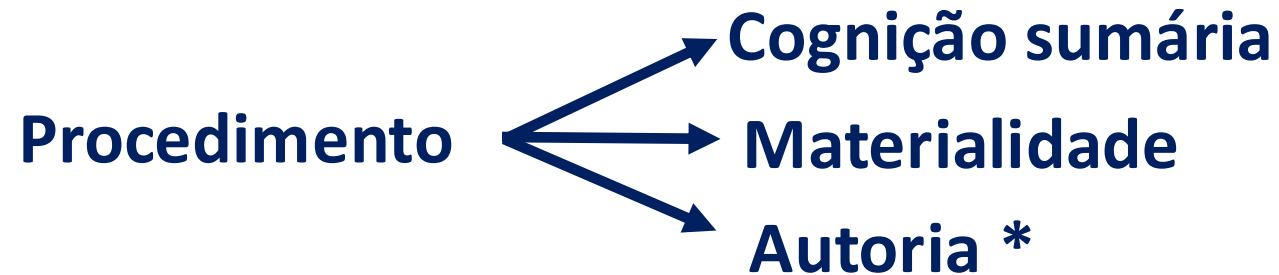
➔ Apuração imediata não significa abertura de processo.

Admissibilidade



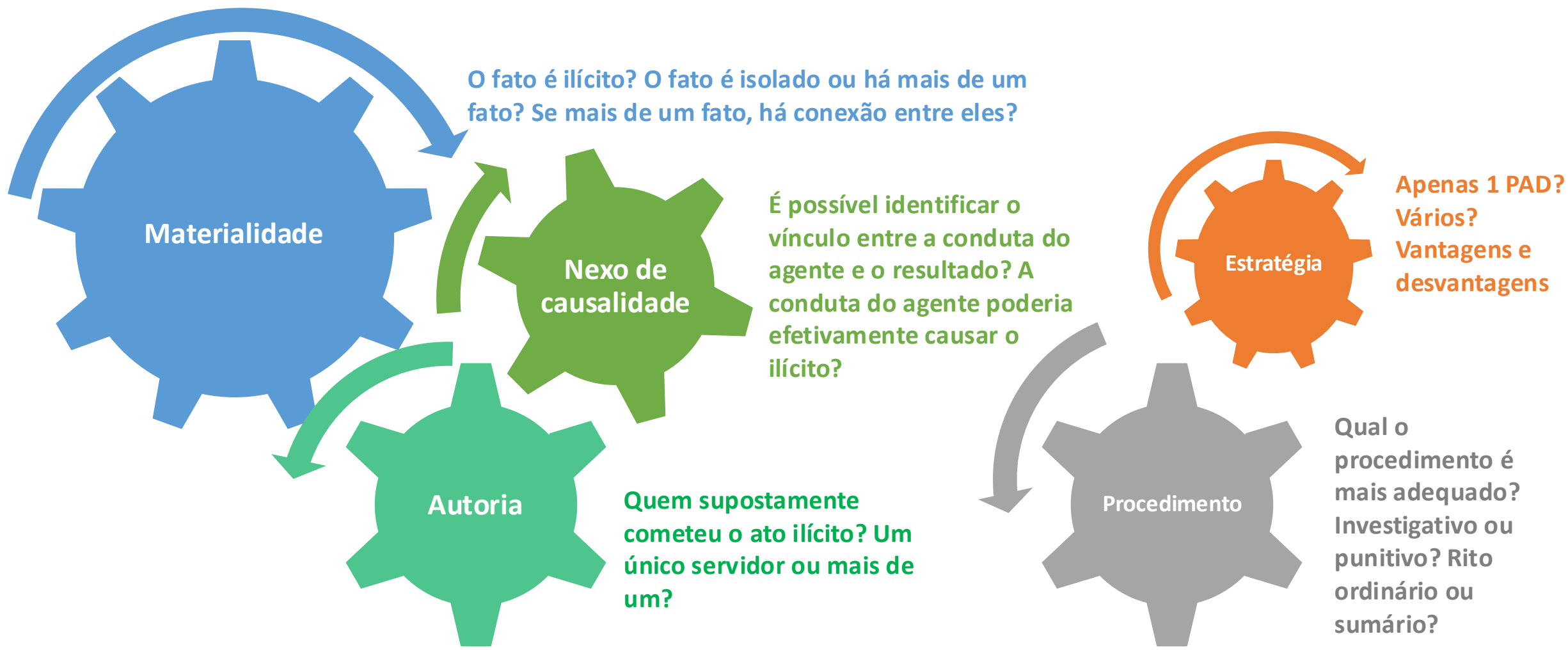
Admissibilidade: Análise Inicial

Avaliar a existência de elementos que justifiquem a apuração.



Objetivo: verificar a presença de requisitos mínimos para dar andamento à investigação.

Admissibilidade

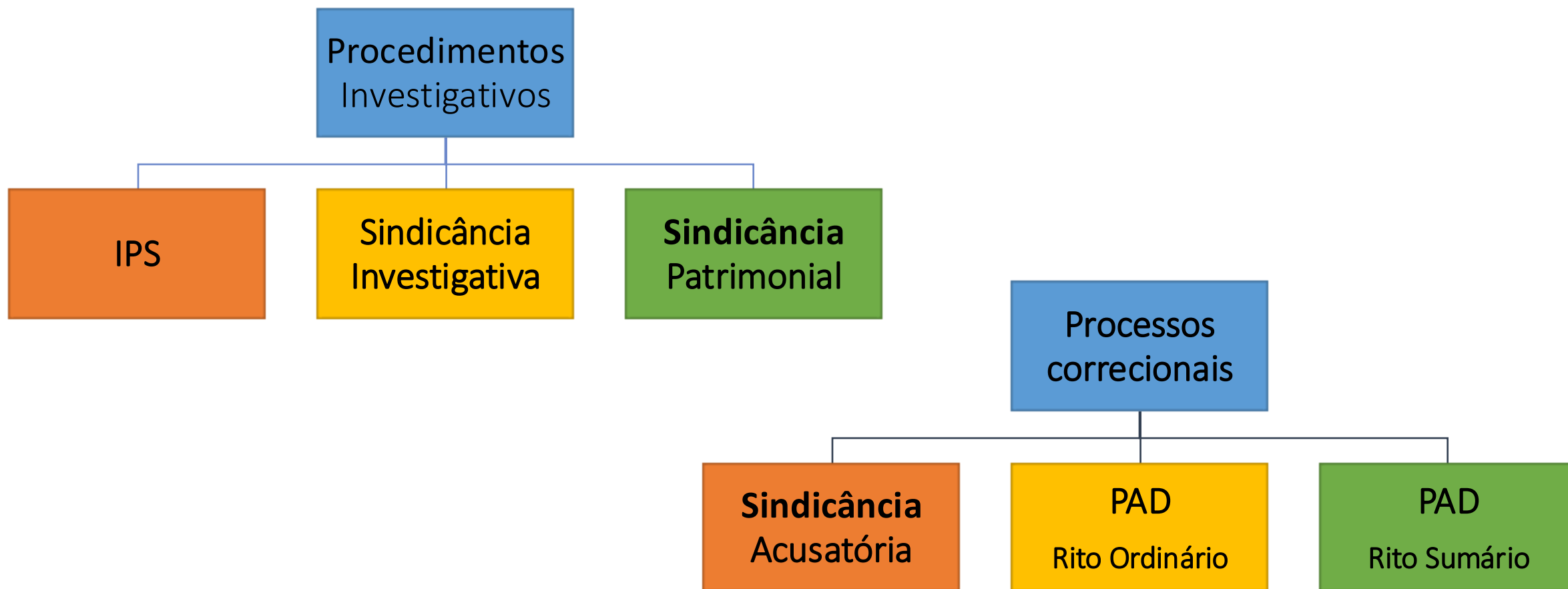


Admissibilidade:

Avaliar a existência de elementos de autoria e materialidade que justifiquem a abertura de eventual processo disciplinar.

Justa causa

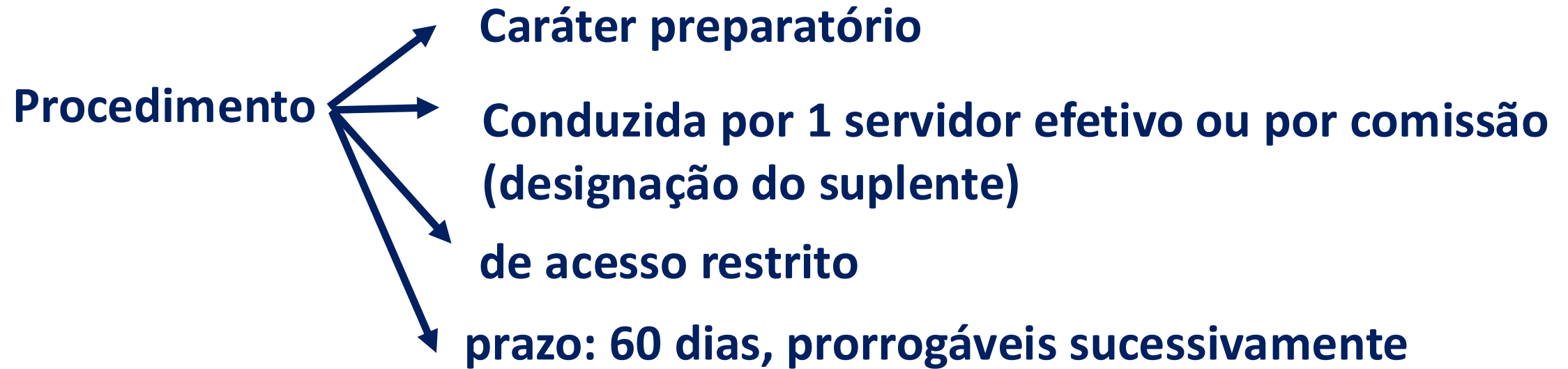
Admissibilidade: instrumentos



Instrumentos: comparativo

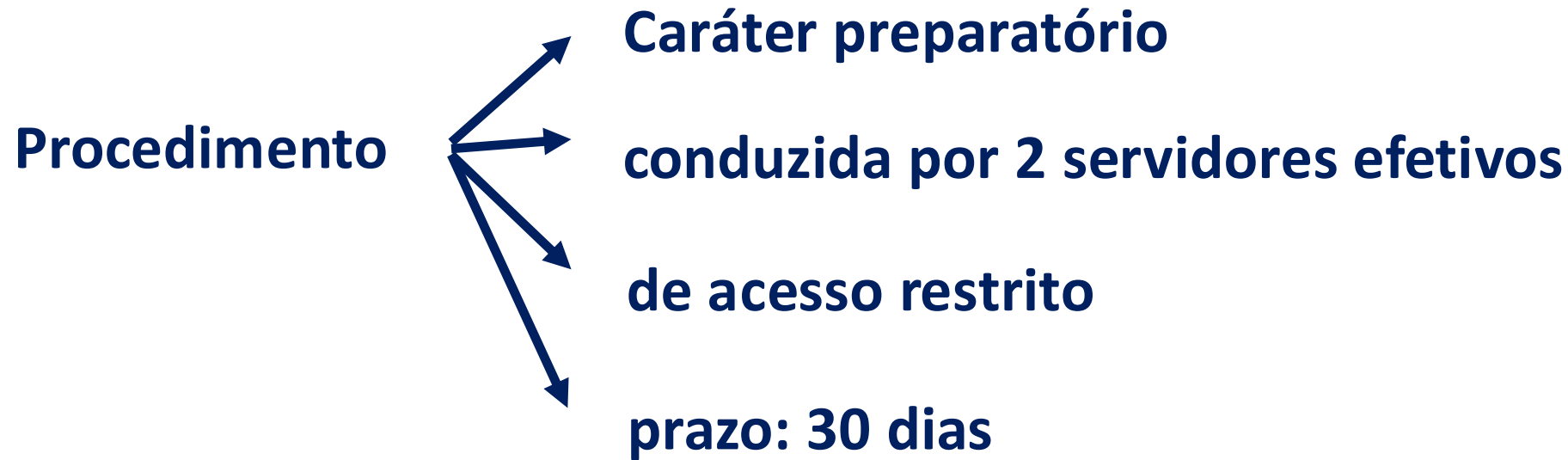
	Procedimento	Processo
Característica	Investigativo	Punitivos
Previsão normativa	Portaria Normativa nº 27/2022	Lei 8.112/90 e normas internas de estatais.
Contraditório/Ampla Defesa	Não	Sim
Pena disciplinar	Não	Sim
Prazo prescricional	Não	Sim

Sindicância Investigativa



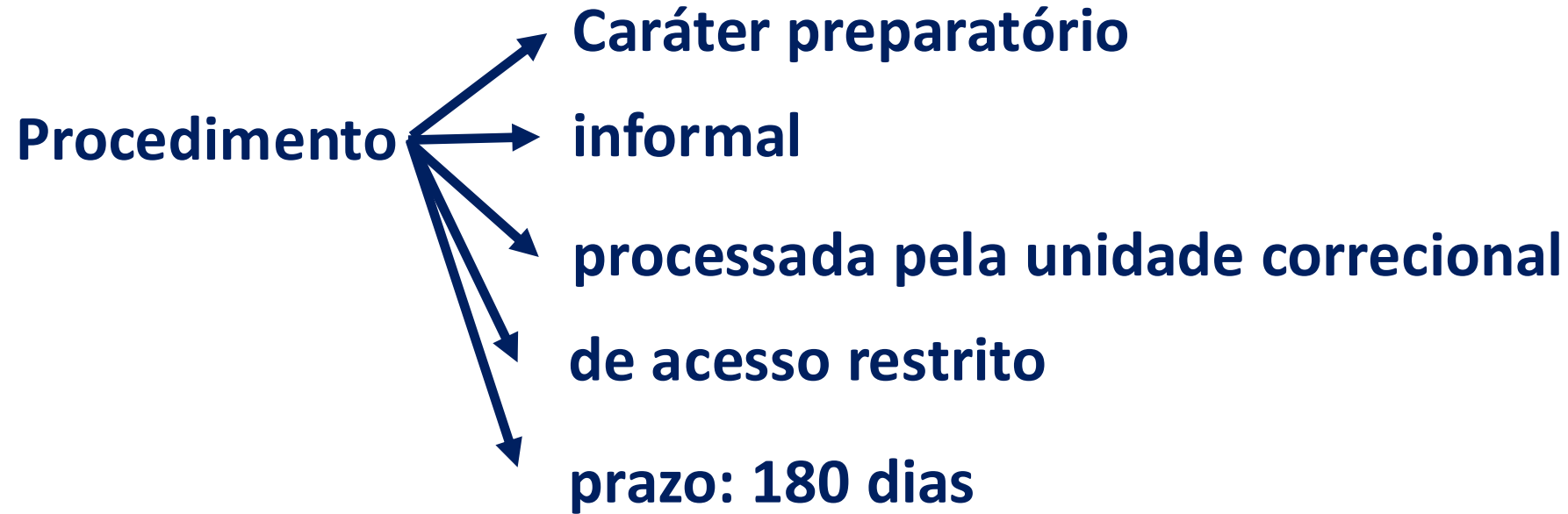
Objetivo: coletar elementos de informação para a análise acerca da existência dos elementos de autoria e materialidade

Sindicância Patrimonial



Objetivo: coletar elementos de informação para a análise acerca de possível enriquecimento ilícito, inclusive evolução patrimonial incompatível com a renda declarada (Decreto nº 10.571/2020)

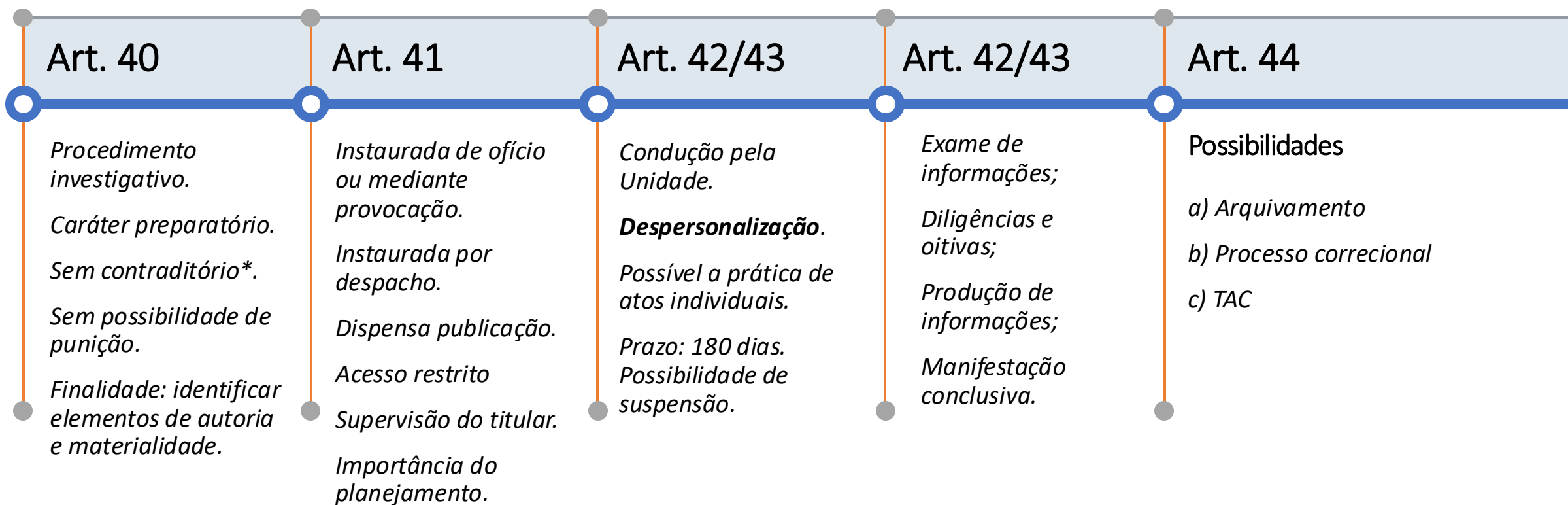
Investigação Preliminar Sumária



Objetivo: coletar elementos de informação para a análise acerca da existência dos elementos de autoria e materialidade

Investigação Preliminar Sumária - IPS

Portaria normativa nº 27/2022



Investigação Preliminar Sumária

Fases da IPS


I. Exame inicial das informações e provas existentes;

II. Coleta de evidências e informações necessárias para averiguação da procedência da notícia, incluindo a realização de oitivas e manifestação dos envolvidos, quando for o caso; e

III. Análise conclusiva e fundamentada, indicando a necessidade de **instauração** do processo acusatório, de celebração de **TAC** ou de **arquivamento** da matéria.

Admissibilidade

Matriz de Responsabilização

Fato/Conduta	Agente	Evidências - Provas – Autoria e Materialidade	Evidências faltantes	Possível tipificação
Recebimento de vantagem indevida para a entrega de documentos sigilosos	Policarpo Quaresma	Termo de colaboração de Mané Candeeiro (fls. 2/4)	Confirmação em audiência do Termo de Colaboração de Mané Candeeiro  Plano de Investigação	Art. 117, XII – receber propina...
		Planilha de pagamentos da empresa Coração dos Outros S/A		
		Ordens de pagamento nº C.20, D.10 e F.4		
		Comprovante de depósito na conta 1911		
		Certificado de titularidade da conta 1911		




Abrangência objetiva

Os procedimentos disciplinares visam apurar infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Questões da vida privada, **sem reflexo na vida funcional**, não ensejam responsabilização disciplinar.

Admissibilidade

Matriz de Responsabilização

Fato/Conduta	Agente	Evidências - Provas – Autoria e Materialidade	Evidências faltantes	Possível tipificação
Recebimento de vantagem indevida para a entrega de documentos sigilosos	Policarpo Quaresma 	Termo de colaboração de Mané Candeeiro (fls. 2/4)	Confirmação em audiência do Termo de Colaboração de Mané Candeeiro   Plano de Investigação	Art. 117, XII – receber propina...
		Planilha de pagamentos da empresa Coração dos Outros S/A		
		Ordens de pagamento nº C.20, D.10 e F.4		
		Comprovante de depósito na conta 1911		
		Certificado de titularidade da conta 1911		

Abrangência subjetiva

Servidor efetivo?

Servidor comissionado?

Temporário?

Cargo de natureza especial?

Empregado público?

Servidor em estágio probatório?

Servidor aposentado?

Servidor comissionado exonerado?

Consultor de programa internacional?



Estagiário?

Terceirizados?

Particular em colaboração?

Admissibilidade

Matriz de Responsabilização

Fato/Conduta	Agente	Evidências - Provas – Autoria e Materialidade	Evidências faltantes	Possível tipificação
Recebimento de vantagem indevida para a entrega de documentos sigilosos	Policarpo Quaresma	<div><div>Termo de colaboração de Mané Candeeiro (fls. 2/4)</div><div>Planilha de pagamentos da empresa Coração dos Outros S/A</div><div>Ordens de pagamento nº C.20, D.10 e F.4</div><div>Comprovante de depósito na conta 1911</div><div>Certificado de titularidade da conta 1911</div></div>	<div>Confirmação em audiência do Termo de Colaboração de Mané Candeeiro</div> <div>  Plano de Investigação</div>	Art. 117, XII – receber propina...

Matriz de Responsabilização - ePAD

Processo	2605202002						
Início da contagem prescricional (agente público)	26/05/2020						
Prescrição - advertência	17/01/2021						
Prescrição - suspensão	21/07/2022						
Prescrição - penalidades expulsivas	21/07/2025						
Início da contagem prescricional #1 (ente privado)							
Prescrição #1 - ()							
Início da contagem prescricional #2 (ente privado)							
Prescrição #2 - ()							
Fato	Evidências do fato	Agentes/Entes Privados	Condutas	Evidências	Enquadramentos administrativos	Ação Recomendada	Sugestões de diligências e/ou evidências/provas a serem obtidas
Título: teste 1 Descrição: asdfs		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF xxxxxxxxxxxxxxxx Vínculo: Efetivo Lotação: Ministério da Justiça e Segurança Pública	Título: Conduta Descrição: teste		8112-132-V - Incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição	Instauração de investigação preliminar sumária (IPS)	Verificar gravação ambiente Oitiva de testemunha (denunciante)

Relatório - Admissibilidade



Saiba mais sobre o sistema e
comece a usar

ePAD

Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO - ADMISSIBILIDADE

Identificador da análise: 7519
 NUP/Identificador do processo: 2605202002
 Unidade correcional: Advocacia-Geral da União
 Tipo de análise: Análise Inicial de Admissibilidade
 Situação da análise: Em Andamento
 Data de recebimento pela unidade: 01/07/2020
 Data de conclusão na unidade:
 Data de início da análise pelo servidor: 01/07/2020
 Data de término da análise pelo servidor: 30/07/2020
 Origem: Cidadão
 Tipo de documento: Denúncia
 Número do documento: 2605202002 Data do documento: 26/05/2020
 Objeto para apuração: teste 2605202002
 Data ou período da suposta irregularidade: 01/01/2019 a 31/01/2019

Agentes públicos cadastrados na matriz de responsabilização:

Nome	CPF	Fato
[REDACTED]	[REDACTED]	teste 1

Envolve agentes públicos: Sim

Envolve entes privados: Não

Controle prescricional para agente(s) público(s)

Início da contagem prescricional (agente público): 26/05/2020

Data prescrição advertência (180 dias): 17/01/2021

Data prescrição suspensão (2 anos): 21/07/2022

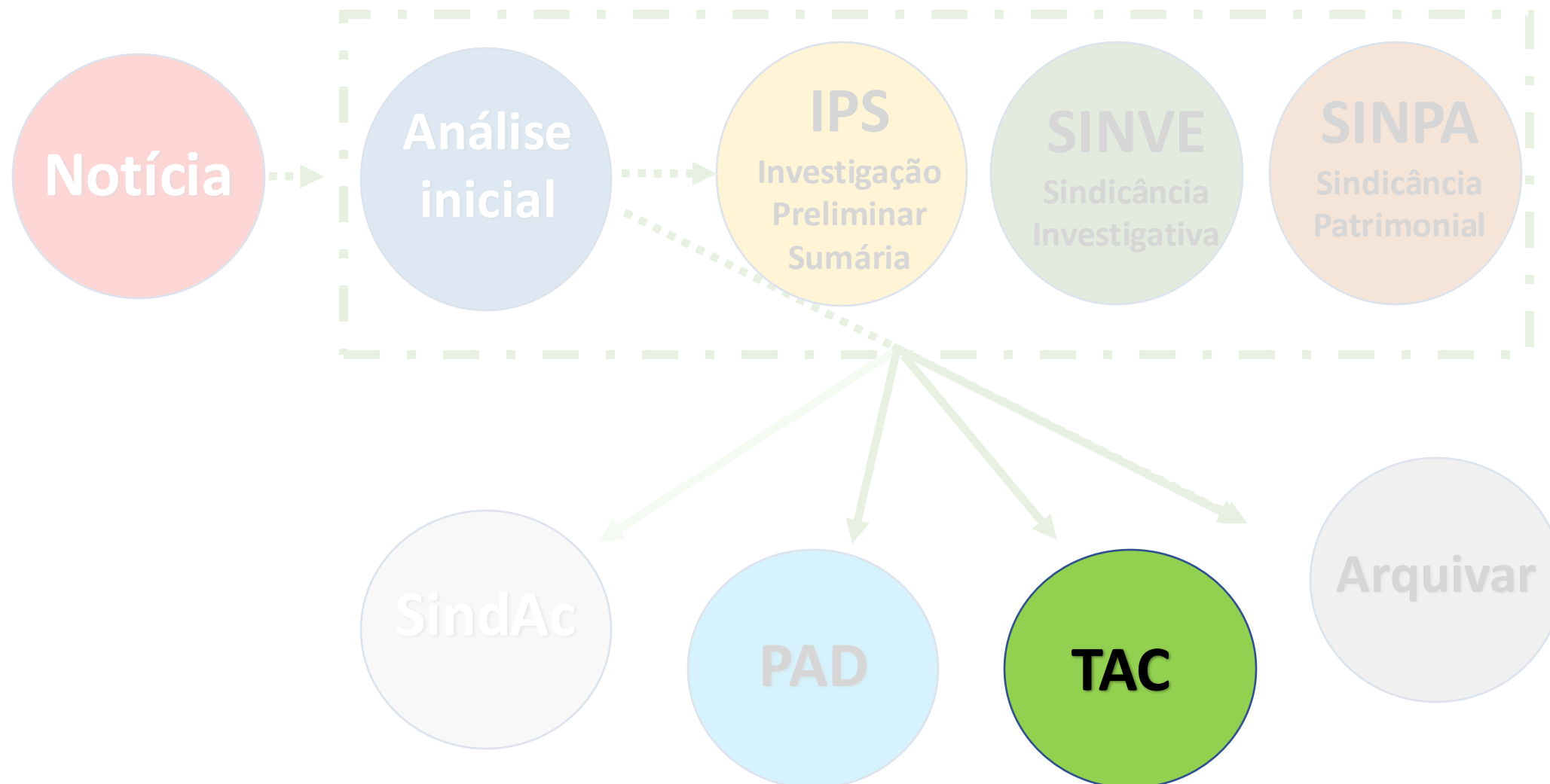
Data prescrição penalidades expulsivas (5 anos): 21/07/2025

Fato: teste 1

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Página: 1 de 3
 Usuário: Carla Rodrigues Cotta (549.933.266-53)
 Unidade: Advocacia-Geral da União
 Data de Emissão: 06/10/2021 12:28:13

Termo de Ajustamento de Conduta

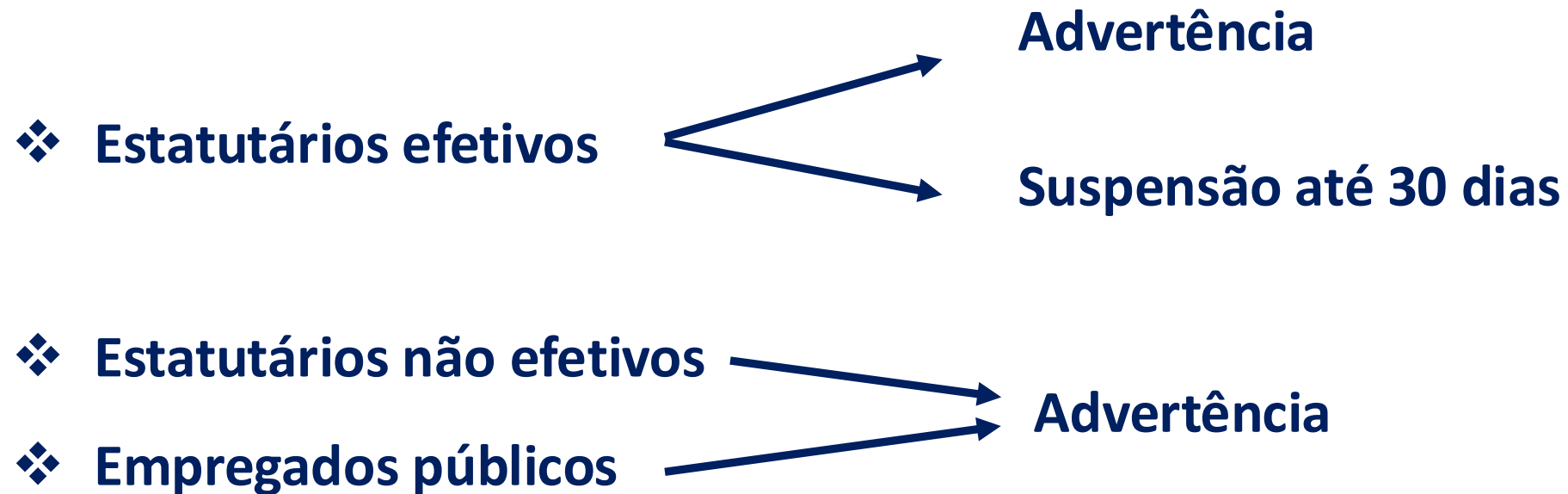


Termo de Ajustamento de Conduta

- ❖ **Apuração simplificada**
 - racionalizar os processos administrativos
 - eficiência e interesse público
 - desburocratizar a Administração Pública
- ❖ **A propositura é obrigatória quando presentes os requisitos**
- ❖ **Resolução consensual de conflitos**
- ❖ **Infração disciplinar de menor potencial ofensivo**
- ❖ **Competência para celebração → titular da USC ou autoridade competente para instaurar o PAD**

Termo de Ajustamento de Conduta

Conduta de menor potencial ofensivo



Termo de Ajustamento de Conduta

Acordo entre a Administração e o agente público

- ❖ Efetivo
- ❖ Comissionado
- ❖ Licenciado ?
- ❖ Aposentado ?
- ❖ Ex-agente público ?

Termo de Ajustamento de Conduta

Pode ser proposto por:

❖ Autoridade instauradora

❖ Acusado → Até 10 dias após notificação prévia

❖ Comissão processante → Até o relatório final

Termo de Ajustamento de Conduta



❖ Restrições:

- Não ter ressarcido ou não se comprometer a ressarcir eventual dano
- Ter celebrado TAC nos últimos 2 anos
- Registro vigente de penalidade disciplinar

Termo de Ajustamento de Conduta

O TAC deverá conter:

- ❖ a qualificação do agente público envolvido;
- ❖ os fundamentos de fato e de direito para sua celebração
- ❖ a descrição das obrigações assumidas;
- ❖ o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações
- ❖ a forma de fiscalização das obrigações assumidas

Termo de Ajustamento de Conduta

Obrigações gerais:

Ajustar a conduta e observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente (art. 64 da PN 27/2022)

Obrigações específicas (art. 68):

- ❖ proporcionais
- ❖ adequadas à conduta praticada, visando
- ❖ mitigar a ocorrência de nova infração
- ❖ compensar eventual dano

Termo de Ajustamento de Conduta

Art. 68

§ 1º As obrigações estabelecidas no TAC poderão compreender, dentre outras:

I - a reparação do dano causado;

II- a retratação do interessado;

III - a participação em cursos visando à correta compreensão dos seus deveres e proibições ou à melhoria da qualidade do serviço desempenhado;

IV - o acordo relativo ao cumprimento de horário de trabalho e compensação de horas não trabalhadas;

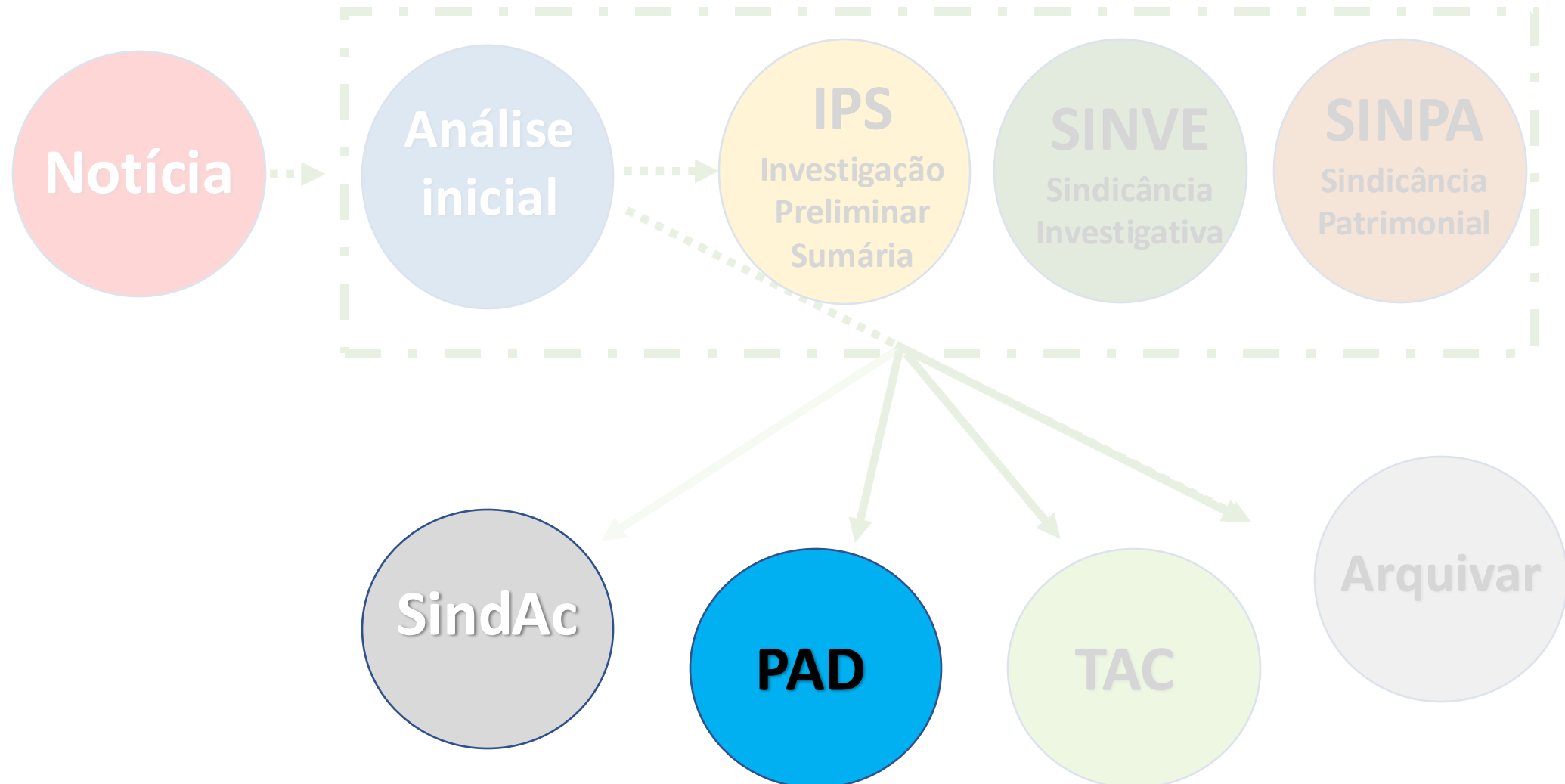
V - o cumprimento de metas de desempenho; e

VI - a sujeição a controles específicos relativos à conduta irregular praticada.

Termo de Ajustamento de Conduta

- ❖ **Publicação de extrato do acordo**
- ❖ **Encaminhamento para chefia imediata e para registro nos assentamentos funcionais**
- ❖ **Prescrição suspensa até declaração de cumprimento das condições acordadas (art. 199 do CC)**
- ❖ **Descumprimento do TAC caracteriza falta funcional – art. 116, III, da Lei nº 8.112/1990 – e retomada da apuração anterior.**

Processos Correcionais



Processos Correcionais

Objetiva impor uma sanção disciplinar ao agente público que tenha cometido uma infração funcional demonstrada por meio de provas devidamente contraditadas.

Sindicância Acusatória – Lei nº 8.112/90

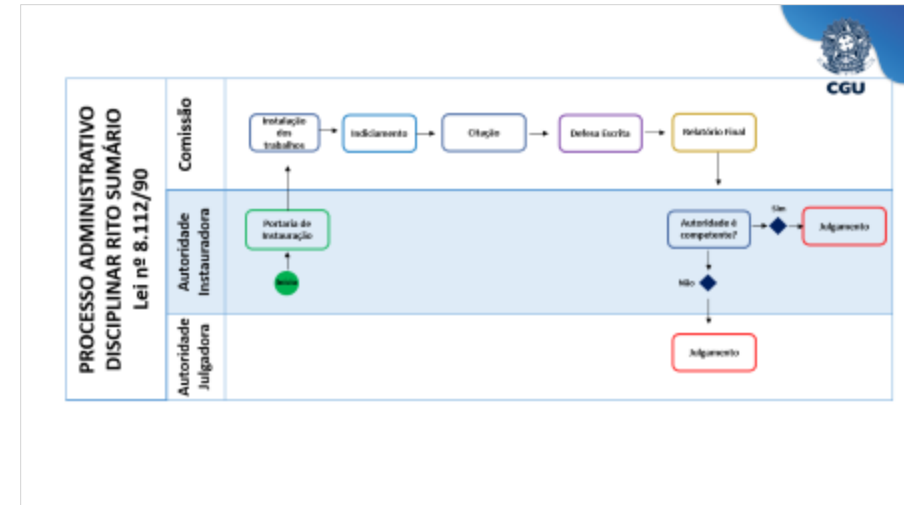
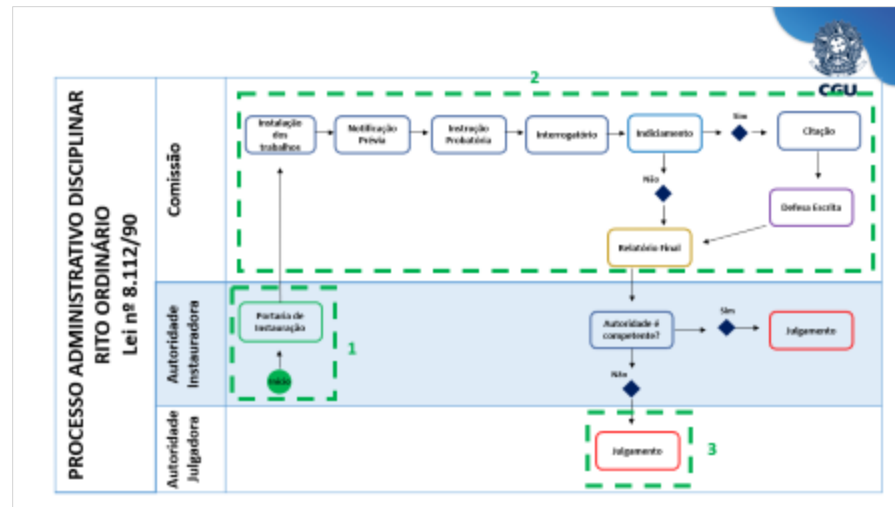
Conduzida por 2 ou mais servidores estáveis.

Prazo: 30 dias, prorrogável por igual período.

Resultados possíveis:

- ❖ Arquivamento;
- ❖ advertência ou suspensão de até 30 dias; ou
- ❖ instauração de PAD.

Ritos Processuais - PAD



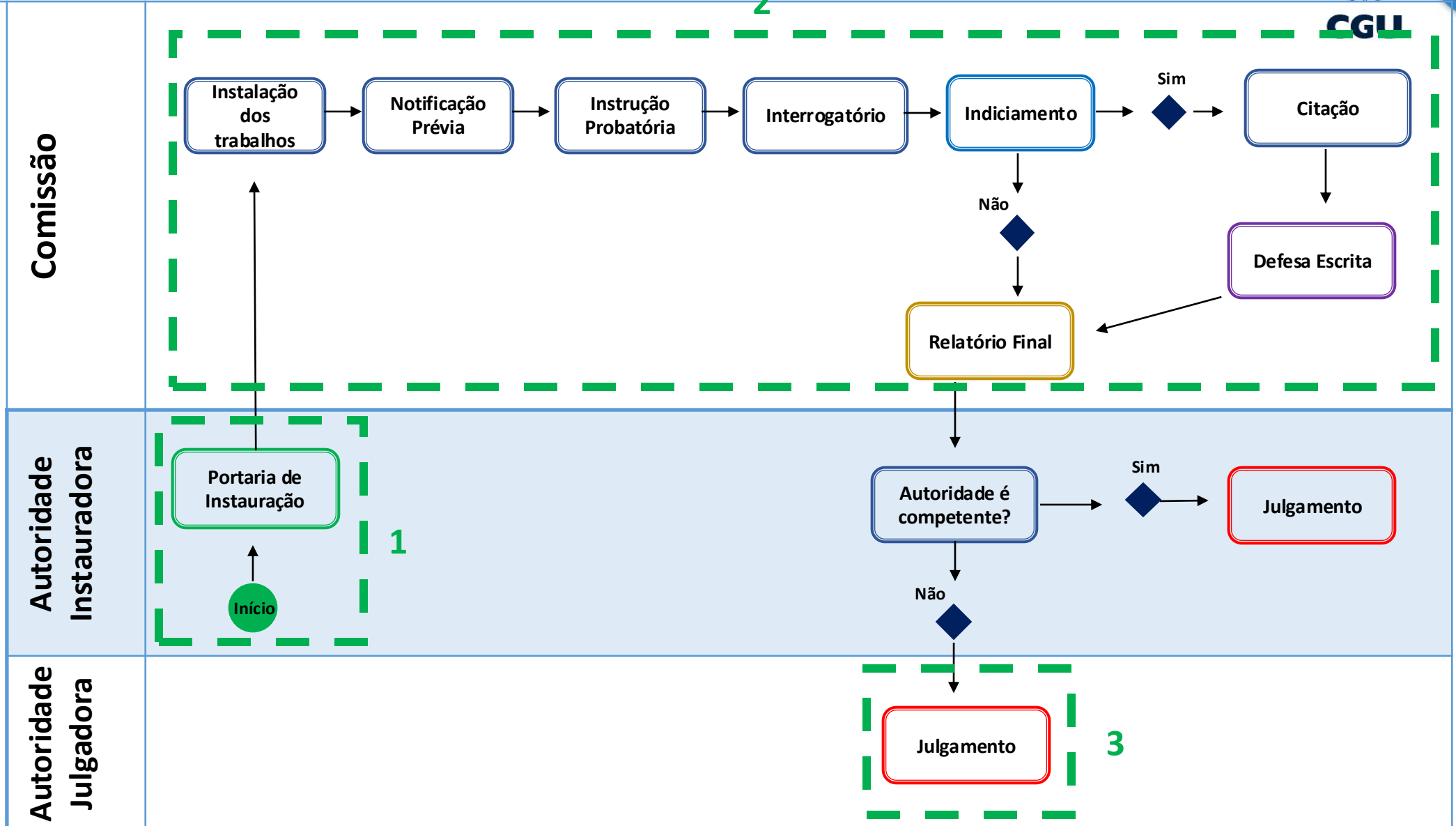


CGU

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

rito ordinário

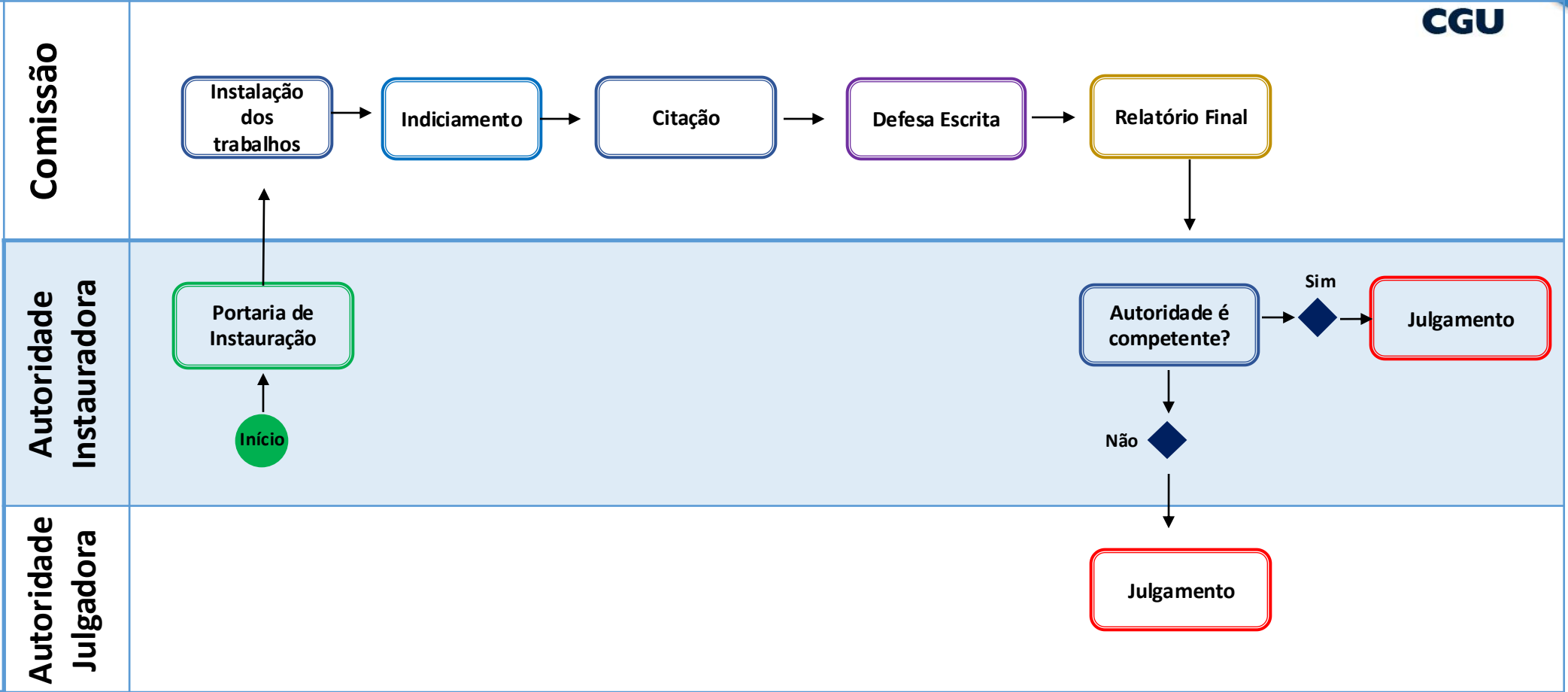
Lei nº 8.112/90





CGU

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR RITO SUMÁRIO Lei nº 8.112/90



Prazos

Prazos dos Ritos (Lei nº 8.112/90)

- PAD Rito Ordinário: até 60 dias (Art. 152)
- PAD Rito Sumário: até 30 dias (Art. 133, § 7º)

Prorrogação igual ao prazo originário

- Rito sumário - 15 dias



Forma de Contagem (art. 238 da Lei nº 8.112/90 e art. 66 da Lei nº 9.784/99)

- Dias corridos
- Exclui o dia de início e inclui o do vencimento

Instauração

PORTARIA Nº (NÚMERO), DE (DIA) DE (MÊS) DE (ANO)

O (AUTORIDADE COMPETENTE), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL DA COMPETÊNCIA), e com fundamento nos artigos 143, 148 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar (NOME DO PRESIDENTE), (CARGO DO PRESIDENTE), matrícula SIAPE (SIAPE DO PRESIDENTE), (NOME DO MEMBRO), (CARGO DO MEMBRO), matrícula SIAPE (SIAPE DO MEMBRO), e (NOME DO MEMBRO), (CARGO DO MEMBRO), matrícula SIAPE (SIAPE DO MEMBRO), para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de (TIPO DE PROCESSO), visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas constantes do Processo Administrativo nº (NÚMERO DO PROCESSO). (TEXTO OPCIONAL COMPLEMENTAR: bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso da investigação).

Art. 2º Estabelecer o prazo de (INDICAR O NÚMERO DE DIAS) (NÚMERO POR EXTENSO) dias para conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)

Comissão de Processo Acusatório

Requisitos gerais – Lei nº 8.112/90

- ❖ Estabilidade no cargo ou no serviço público?

Requisitos específicos do Presidente

- ❖ Nível do cargo ocupado; ou
- ❖ Nível de escolaridade.

Comissão de Processo Acusatório

Obrigatoriedade de participação

Exceções:

❖ Suspeição

Amizade íntima

Inimizade notória

❖ Impedimento

Não estabilidade

Interesse

Litígio prévio

Participação no processo em condição diversa

Parentesco



Código Civil

Art. 1.591. São parentes **em linha reta** as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.

Art. 1.592. São parentes **em linha colateral** ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.

Art. 1.594. Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes **até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente**

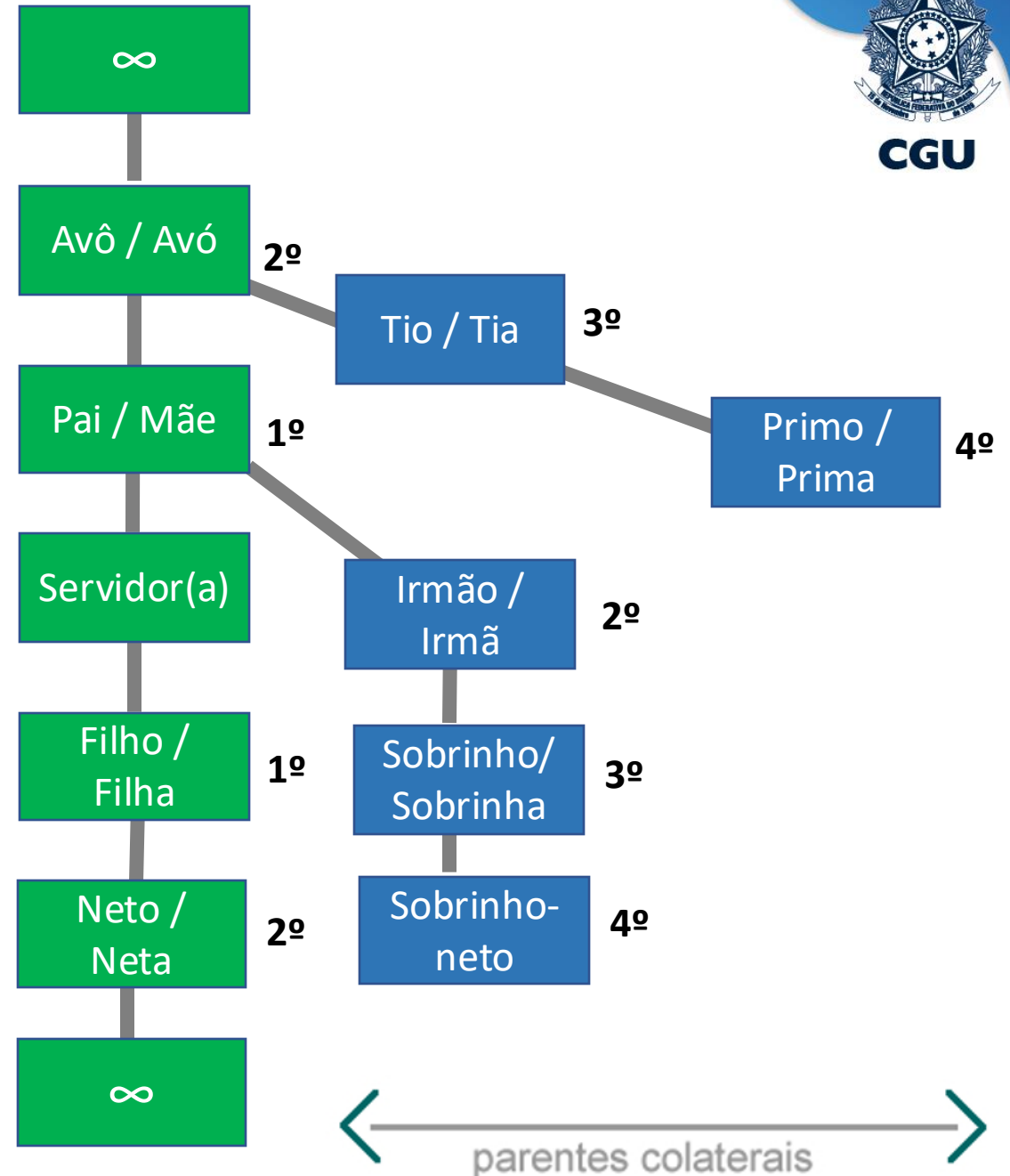
ASCENDENTE



parentes em linha reta



DESCENDENTE

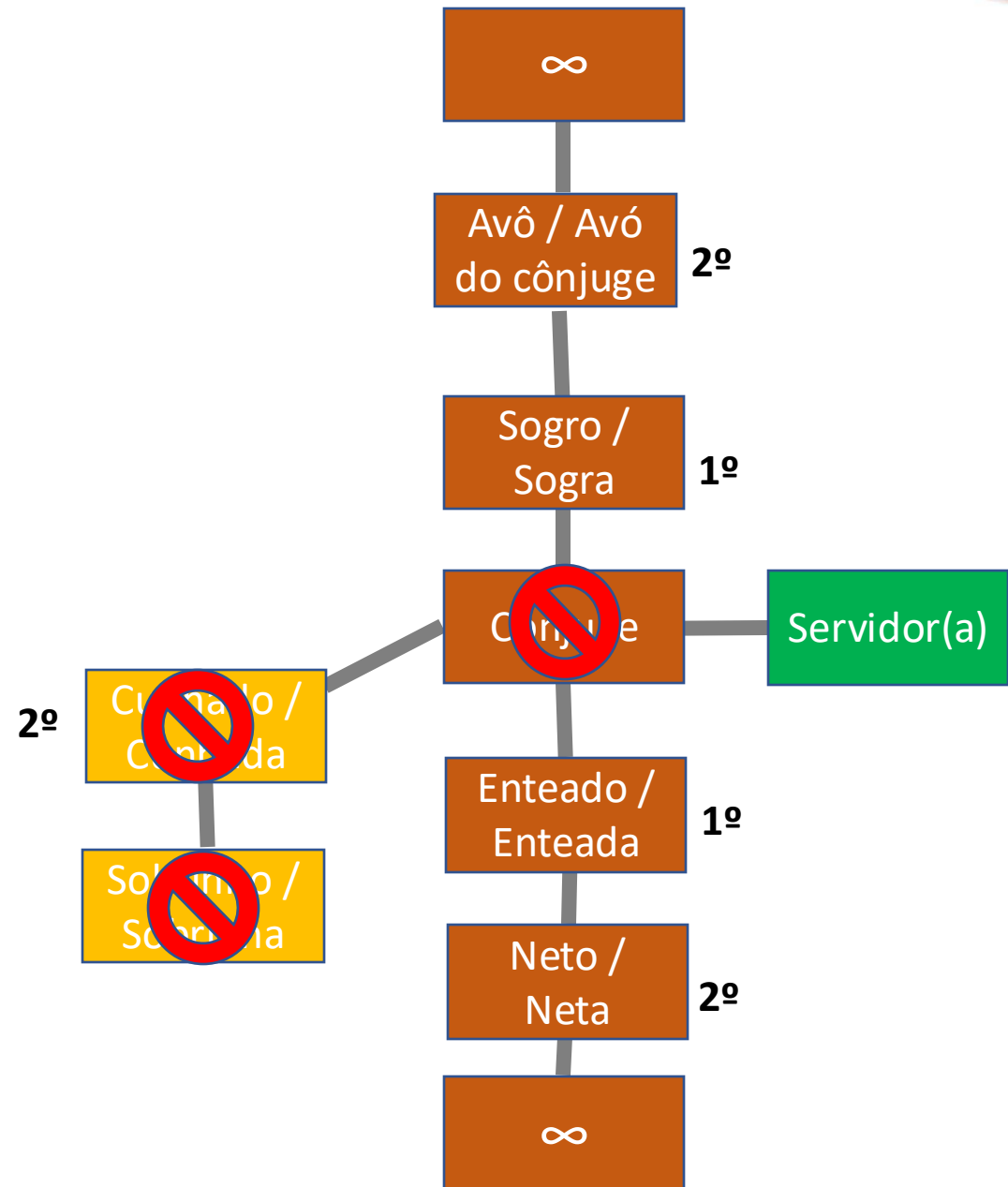


Código Civil

Art. 1.595. Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade.

§ 1º O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.

§ 2º Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.



Inquérito Administrativo

Providências iniciais

- ❖ Afastamento Preventivo
- ❖ Planejamento dos trabalhos
- ❖ Designação de secretário



→ Princípio da motivação

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS

Às (HORA), do dia (DATA), no (LOCAL), reuniu-se a Comissão de (TIPO DE PROCESSO) designada pela Portaria nº (NÚMERO E DATA DA PORTARIA), do (AUTORIDADE INSTAURADORA), publicada no (VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO E DATA), para instalação e início dos trabalhos relacionados à apuração de responsabilidades administrativas constantes do processo nº (NÚMERO DO PROCESSO), ao tempo em que DELIBEROU por:

a) Comunicar a instalação e início dos trabalhos da comissão a(o) (AUTORIDADE INSTAURADORA);

b) Notificar previamente o(s) servidor(es) (NOME DO ACUSADO), para acompanhar, na condição de acusado(s), o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, nos termos do art. 156 da Lei nº 8.112/90;

c) Comunicar ao setor de Recursos Humanos do (ÓRGÃO DO ACUSADO) sobre a instauração do presente processo administrativo disciplinar, para observância do disposto no art. 172 da Lei nº 8.112/90; bem como solicitar os assentamentos funcionais do(a) acusado(a), onde constam penalidades eventualmente aplicadas e local de lotação e exercício.

d) Designar o(a) servidor(a) (NOME DO SERVIDOR) para atuar como secretário(a) desta comissão processante, nos termos do art. 149, § 1º, da Lei nº 8.112/90; e

e) (OUTRAS DELIBERAÇÕES).

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ata que vai assinada pelo presidente e pelos membros.

Notificação Prévia

Portaria Normativa nº 27/2022:

Art. 97. As comunicações referentes aos procedimentos investigativos e processos correccionais que tramitam nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal devem ser **realizadas por escrito e, preferencialmente, por meio de correio eletrônico institucional, aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares**, observadas as diretrizes e as condições estabelecidas nesta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Os recursos tecnológicos podem ser utilizados para a realização de qualquer ato de comunicação processual (...):

Notificação Prévia

Portaria Normativa nº 27/2022:

Art. 101. Enviada a mensagem pelo correio eletrônico ou pelo aplicativo de mensagem instantânea, a confirmação do recebimento da comunicação se dará mediante:

- I - a manifestação do destinatário;
- II - a notificação de confirmação automática de leitura;
- III - o sinal gráfico característico do respectivo aplicativo que demonstre, de maneira inequívoca, a leitura por parte do destinatário;
- IV - a ciência ficta, quando encaminhada para o correio eletrônico ou número de telefone móvel informados ou confirmados pelo interessado; ou
- V - o atendimento da finalidade da comunicação.

Parágrafo único. A contagem de prazos terá início no primeiro dia útil seguinte à data da primeira ocorrência de confirmação de recebimento da comunicação dentre aquelas previstas neste artigo.

Notificação prévia

❖ **Pessoal**

❖ **Prazo para apresentação de provas**

❖ **Confirmação ou informação sobre meio de comunicação**

❖ **Calendário de oitivas e interrogatório**

Acesso aos autos

“O acesso a este processo tem por finalidade garantir a máxima concretização dos direitos da ampla defesa do contraditório. A utilização indevida dos documentos, áudios e imagens constantes dos autos, em especial no que se refere à veiculação irregular da imagem de terceiros ou ao tratamento inadequado de seus dados pessoais, poderá, nos termos da legislação vigente, gerar procedimento específico de responsabilização”.

Intimação

- ❖ Obrigatoriedade de atendimento
- ❖ Advogado constituído nos autos
- ❖ Prazos

PRAZOS - INTIMAÇÕES

Segunda-feira

- Dia da efetivação da intimação

Terça-feira

- 1º dia da contagem do prazo

Quarta-feira

- 2º dia da contagem do prazo

Quinta-feira

- Feriado – prazo suspenso por não ser dia útil

Sexta-feira

- 3º dia da contagem do prazo

Sábado

- Não é dia útil

Domingo

- Não é dia útil

Segunda-feira

- Realização do ato

Procurador constituído

- ❖ Procuração
- ❖ Pagamento de cópias X Acesso externo
- ❖ Acesso a procedimento investigativo
- ❖ E documentos ainda não juntados aos autos?



Meios de prova

Busca pela verdade material

- ❖ Prova documental
- ❖ Prova diligência
- ❖ Prova pericial
- ❖ Prova testemunhal



Prova documental

❖ Exemplos:

- Processos
- Certidões
- Jornais e periódicos
- Notícias na web
- Fotografia e filmagens
- E-mail

❖ Momento do contraditório



❖ Termo de Diligência



Diligência



TERMO DE DILIGÊNCIA |

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, às ____ horas, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome do 1º vogal) e (nome do 2º vogal), (nome dos demais presentes), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº _____, além de (nome dos demais presentes e qualificação), foi realizada (informar a diligência).

A Comissão procedeu à _____

Passada a palavra ao acusado para, querendo, indicar outro ato/verificação que deseja que seja realizado, este consignou: _____.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelos membros da Comissão e demais presentes.

Perícia

- ❖ Apenas quando necessária
- ❖ Hipóteses de impedimento e suspeição
- ❖ Momento do contraditório
- ❖ Exemplos
 - Exame grafotécnico
 - Tradução juramentada
 - Inventário de bens
 - Avaliações técnicas de equipamentos
 - Perícia médica



Prova testemunhal

- ❖ Deslocamentos
 - CPAD
 - Testemunha
 - Videoconferência
- ❖ Nº de testemunhas por fato
- ❖ Momento do contraditório
- ❖ Termo de oitiva*



Prova testemunhal

Portaria Normativa nº 27/2022

Art. 106. A tomada de depoimentos será realizada, preferencialmente, por meio de **recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real**, assegurados os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

§ 1º Nos procedimentos investigativos e processos correccionais, audiências e reuniões destinadas a garantir a adequada produção da informação ou prova também poderão ser realizadas por meio de recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, assegurado o caráter reservado daquelas.

§ 2º A utilização de recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, o registro audiovisual e o seu armazenamento devem observar os princípios e diretrizes relacionados à segurança da informação para o tratamento de dados.

Prova testemunhal

Preparação

- ❖ Cronograma: antecedência mínima.
- ❖ Agendamento
- ❖ Relação de perguntas
- ❖ Intimação
- ❖ Preparação da sala



Prova testemunhal



Procedimento

- ❖ Identificação
- ❖ Advogado da testemunha
- ❖ Hipóteses de impedimento e suspeição
- ❖ Contradita
- ❖ Compromisso com a verdade

Provas

❖ Prova desnecessária

❖ Prova emprestada

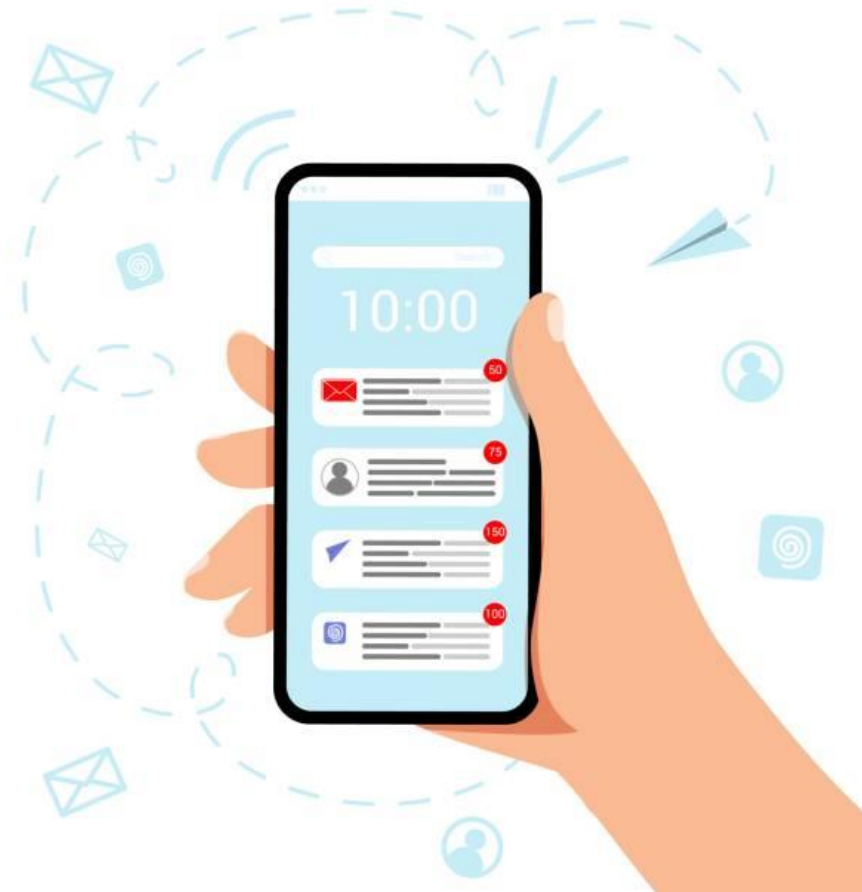
- PAD X PAD
- PAD X PAR
- PAD x Processo judicial

❖ Prova ilícita



Sigilos

- ❖ Comunicações telemáticas
- ❖ Gravação ambiental
- ❖ Informações fiscais
- ❖ Informações bancárias



Interrogatório



- ❖ Videoconferência
- ❖ Coacusados
- ❖ Termo de interrogatório*

Indiciação

- ❖ Delimita a acusação
 - ❖ Princípio *in dubio pro societate*
 - ❖ Termo de Indiciação



Termo de Indiciação

❖ Descrição:

- ❖ Dos fatos apurados no processo;
- ❖ Das condutas praticadas por cada agente;
- ❖ Das evidências que fundamentam o convencimento.

❖ Indicação da tipificação (não definitiva)

Penalidades disciplinares

- ❖ **Advertência**
- ❖ **Suspensão**
- ❖ **Demissão / Dispensa por justa causa**
- ❖ **Cassação de Aposentadoria ou Disponibilidade**
- ❖ **Destituição de cargo em comissão ou de função comissionada**

Enquadramentos – Lei nº 8.112/90

Capitulação legal		
Advertência ou suspensão	Suspensão ou destituição	Demissão, cassação ou destituição
Artigo 116 Artigo 117, I a VIII e XIX	Artigo 117, XVII e XVIII	Artigo 132 Artigo 117, IX a XVI

Enquadramentos – Lei nº 8.112/90

Advertência

Suspensão

Demissão,
Destituição,
Cassação

Enquadramentos

Art. 116, I

**Exercer com zelo
e dedicação as
atribuições do cargo**

Art. 116, II

**Ser leal às instituições
a que servir**

Enquadramentos

Art. 116, IX

**Manter conduta compatível
com a moralidade
administrativa**

Art. 116, III

**Observar as normas legais e
regulamentares
116, III**

**Improbidade
Administrativa
Lei 8.429/92
Art. 11 (nova
redação)**

Enquadramentos

Art. 116, IV

Cumprir as ordens superiores,
exceto quando
manifestamente ilegais

Insubordinação
grave em
serviço
132, VI

Art. 117, XIX

Recusar-se a atualizar seus
dados cadastrais quando
solicitado.

Proceder
de forma
desidiosa
117, XV

Enquadramentos



Art. 117, VI

Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado

Art. 117, XVII

Cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias

Enquadramentos

Art. 116, V

Atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública

Art. 117, III

Recusar fé a documentos públicos

Art. 117, IV

Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço

Enquadramentos

Art. 116, VI

Levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração

Art. 116, XII

Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder

Prevaricação
Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal
CP, 319

Enquadramentos

Art. 116, VII

Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público

Art. 117, II

Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição

**Utilizar
pessoal ou recursos
materiais da
repartição em
serviços ou atividades
particulares
117, XVI**

Enquadramentos

Art. 116, VIII

**Guardar sigilo sobre
assunto da
repartição,**

**Revelação de
segredo do qual
se apropriou em
razão do cargo
132, IX**

LAI, art. 32, IV

**Divulgar ou permitir a divulgação
ou acessar ou permitir
acesso indevido à informação
sigilosa ou informação pessoal**

**Divulgar
ou fazer uso de
informação privilegiada,
em proveito próprio ou
de terceiro, obtida em
razão das atividades
exercidas
LCI**

Enquadramentos

Art. 116, X

**Ser assíduo e
pontual ao serviço**

**Abandono
de cargo
132, II**

Art. 117, I

**Ausentar-se do serviço durante
o expediente, sem prévia
autorização do chefe imediato**

**Inassiduidade
habitual
132, III**

Enquadramentos

Art. 116, XI

**Tratar com
urbanidade as
pessoas**

**Incontinência
pública e conduta
escandalosa, na
repartição
132, V**

**Ofensa física,
em serviço, a servidor
ou a particular, salvo
em legítima defesa
própria ou de outrem
132, VII**

Enquadramentos

Art. 117, V

**Promover manifestação de
apreço ou despreço no
recinto da repartição**

Art. 117, VII

**Coagir ou aliciar subordinados
no sentido de filiarem-se a
associação profissional ou
sindical, ou a partido político**

Enquadramentos

Art. 117, VIII

**Manter sob sua chefia imediata,
em cargo ou função de confiança,
cônjuge, companheiro ou parente
até o segundo grau civil**

**Valer-se
do cargo para lograr
proveito pessoal ou
de outrem, em
detrimento da
dignidade da função
pública
117, IX**

DECRETO Nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010.

Art. 3º No âmbito de cada órgão e de cada entidade, são vedadas as nomeações, contratações ou designações de familiar de Ministro de Estado, familiar da máxima autoridade administrativa correspondente ou, ainda, familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança de direção, chefia ou assessoramento, para:

- I - cargo em comissão ou função de confiança;
- II - atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, salvo quando a contratação tiver sido precedida de regular processo seletivo; e
- III - estágio, salvo se a contratação for precedida de processo seletivo que assegure o princípio da isonomia entre os concorrentes.

Art. 6º Serão objeto de apuração específica os casos em que haja indícios de influência dos agentes públicos referidos no art. 3º:

- I - na nomeação, designação ou contratação de familiares em hipóteses não previstas neste Decreto;
- II - na contratação de familiares por empresa prestadora de serviço terceirizado ou entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal.

Enquadramentos

Art. 117, XVIII

Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário do trabalho

**Praticar usura sob qualquer de suas formas
117, XIV**

**Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário
117, X**

Enquadramentos

**Acumulação
ilegal de cargos,
empregos ou
funções públicas
132, XII**

**Atuar,
como procurador ou
intermediário, junto a
repartições públicas, salvo
quando se tratar de
benefícios previdenciários
ou assistenciais de parentes
até o segundo grau,
e de cônjuge ou
companheiro
117, XI**

Enquadramentos

**Lesão aos
cofres públicos
e dilapidação
do patrimônio
nacional
132, X**

**Aplicação
irregular de
dinheiros públicos
132, VIII**

**Improbidade
Administrativa
LIA, art. 10**

Enquadramentos

**Corrupção
132, XI**

**Receber
propina, comissão,
presente ou
vantagem de
qualquer espécie,
em razão de suas
atribuições;
117, XII**

**Receber presente
de quem tenha interesse
em decisão do agente
público ou de colegiado
do qual este participe
fora dos limites e
condições estabelecidos
em regulamento
LCI**

**Improbidade
administrativa
LIA, art. 9º**

Art. 117, XIII

**Aceitar comissão, emprego ou pensão
de estado estrangeiro**

**Aceitar comissão, emprego ou pensão
de governo estrangeiro sem licença
expressa do Presidente da República –
Lei nº 11.440/2006 art. 29, II**

Enquadramentos específicos

Casar com pessoa
empregada de governo
estrangeiro ou que dele
receba comissão ou
pensão, sem
autorização do Ministro
de Estado das Relações
Exteriores,
Lei nº 11.440/2006,
art. 34

Praticar, em serviço
ou fora dele, ato
lesivo à imagem da
instituição ou que
concorra para
comprometer a
função policial,
Lei nº 15.047/2024,
art. 12, III

O dever de
manter sigilo sobre
as operações ativas e passivas
e serviços
prestados pelas instituições
reguladas de que tiverem
conhecimento em razão do cargo
ou da função,
Lei nº 10.871/04,
art. 23, I

Citação

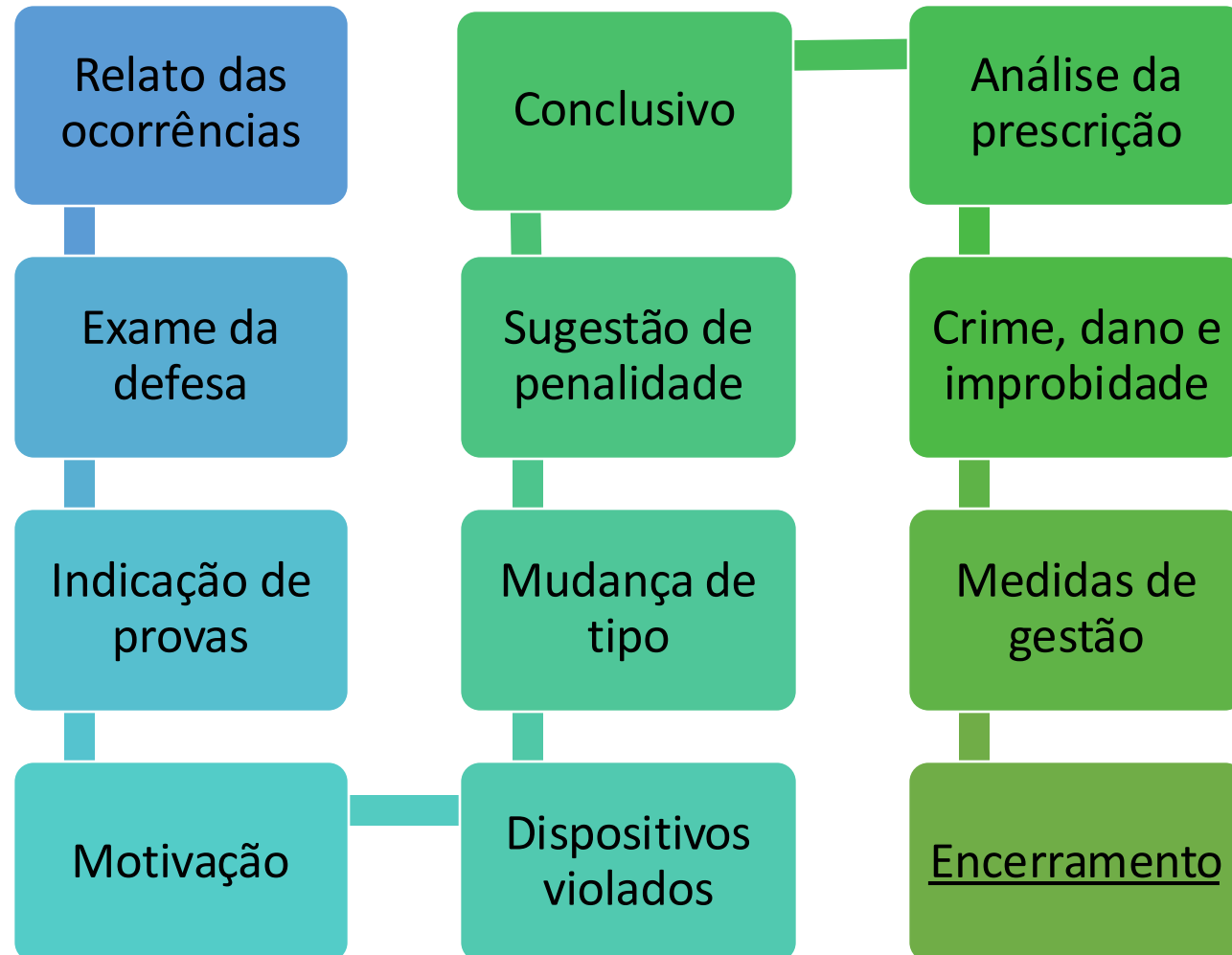
- ❖ **Pessoal**

- ❖ **Advogado com poderes especiais**

- ❖ **Prazo para apresentação da defesa escrita**

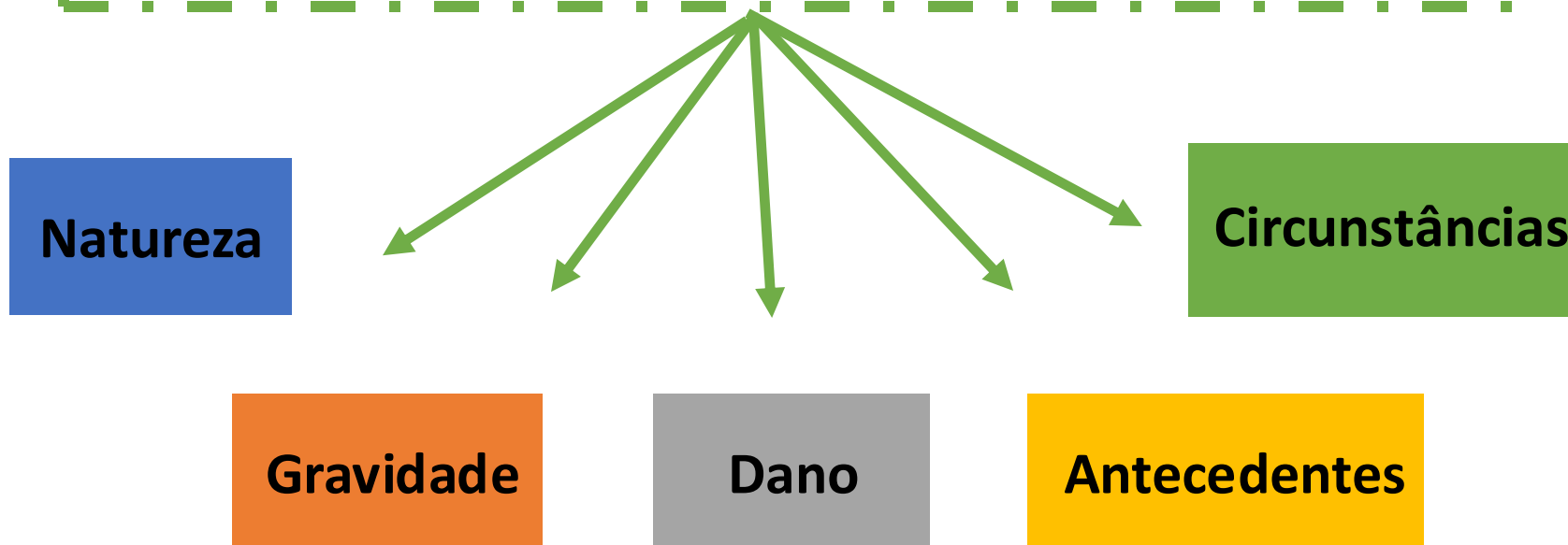
- ❖ **Revelia e defensor dativo**

Relatório Final



Dosimetria das sanções para estatutários

**Na aplicação das penalidades de
(advertência e suspensão)
serão consideradas (art. 128)**



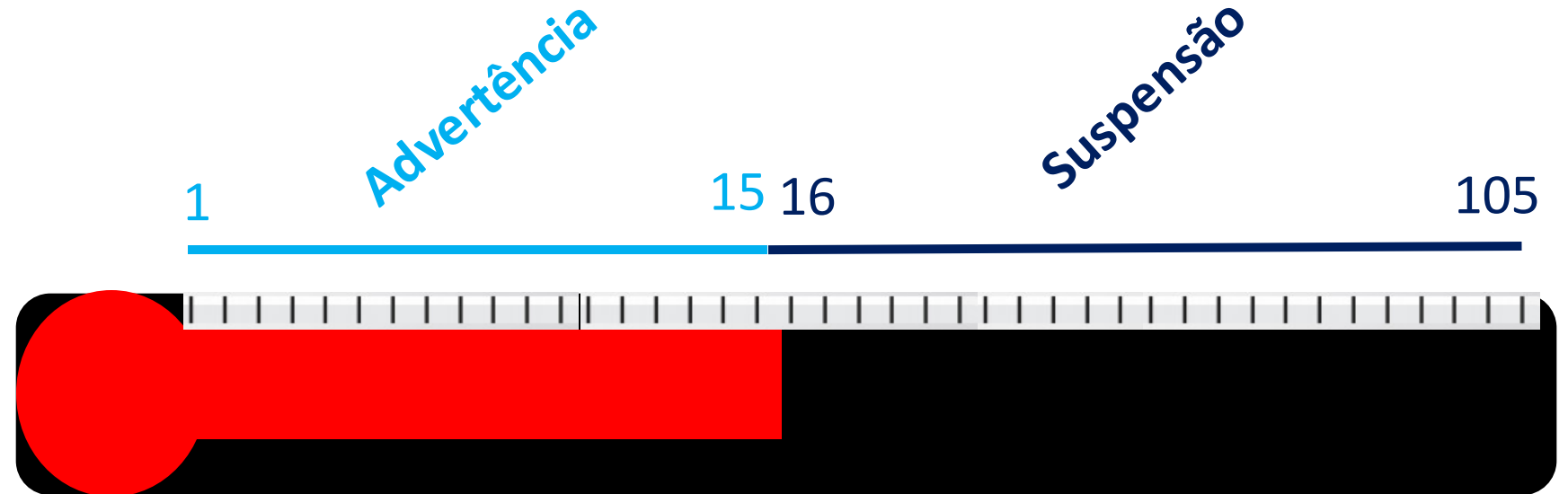
Dosimetria das sanções para estatutários

Natureza	Elemento subjetivo da conduta	Culpa leve (1-7)	Culpa grave (8-14)	Dolo (15-21)	Máximo: 21 pontos
Gravidade	Grau de ofensa ao bem jurídico	Baixa (1-7)	Média (8-14)	Alta (15-21)	Máximo: 21 pontos
Dano	Prejuízo material ou imaterial	Leve (0*-7)	Médio (8-14)	Grave (15-21)	Máximo: 21 pontos
Circunstâncias	Aspectos inseridos na conduta	Atenuantes (-21 a 0)	Agravantes (1-21)	Máximo: 21 pontos.	
Antecedentes	Anotações contidas nos assentamentos funcionais	Bons (-21 a 0)	Agravantes (1-21)	Máximo: 21 pontos	

Dosimetria das sanções para estatutários

Métrica

Regra Geral



Critério → Grau no caso concreto → Soma dos pontos

Soma dos pontos = 15 → Advertência

Nº de dias de suspensão = Soma dos pontos - 15

Dosimetria das sanções para estatutários

O valor a ser atribuído para cada elemento balizador dependerá do contexto apurado, das peculiaridades do caso concreto, de modo que o operador do Direito atuará à luz da prudência, da boa administração e a fim de atingir a penalidade justa e adequada, respeitando a faixa de graduação identificada e o limite de subjetividade.

Trata-se, portanto, de **subjetividade limitada e discricionariedade vinculada aos autos processuais. NÃO se trata de pontuação aleatória!**

Assim, a dosimetria não se qualifica como um ato arbitrário ou totalmente discricionário.

Dosimetria das sanções para estatutários

Reincidência

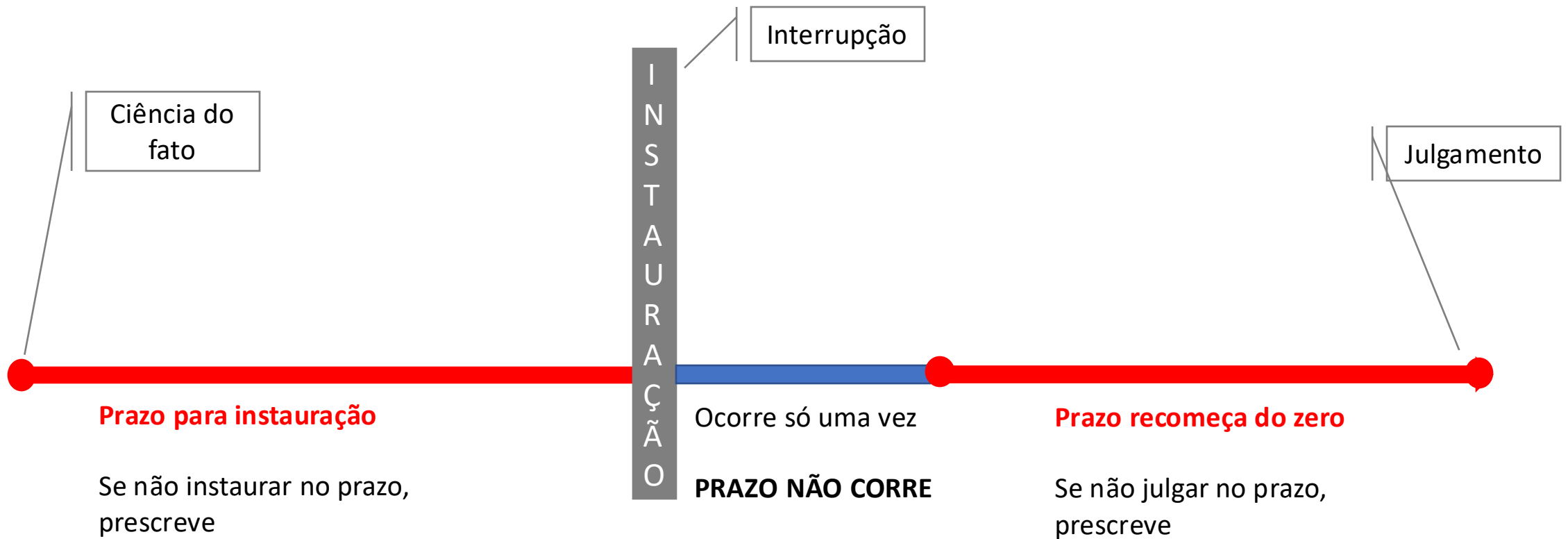
Requisitos:

- 1) um mesmo infrator;
- 2) existência de decisão anterior condenando esse mesmo infrator pelo cometimento de uma infração disciplinar, observados os prazos previstos no art. 131 da Lei nº 8.112/1990; e
- 3) o cometimento de uma nova infração disciplinar sujeita à sanção.

A reincidência não irá acrescentar dias ao prazo de suspensão.

Atenção!! STJ Súmula 241

Prescrição – Lei nº 8.112/90

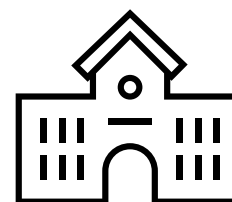
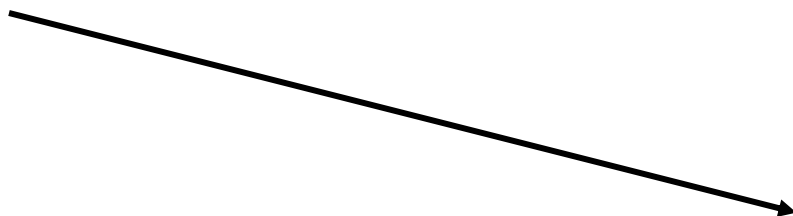


Prescrição – Termo inicial

Data da ciência do fato pela autoridade competente



Denúncia recebida
na Ouvidoria em 01/07/2022



Denúncia recebida
na unidade correcional
em 01/08/2022 para
a admissibilidade

Prescrição – Interrupção

Ocorre uma única vez quanto ao mesmo fato (Parecer vinculante GQ-144), por até:

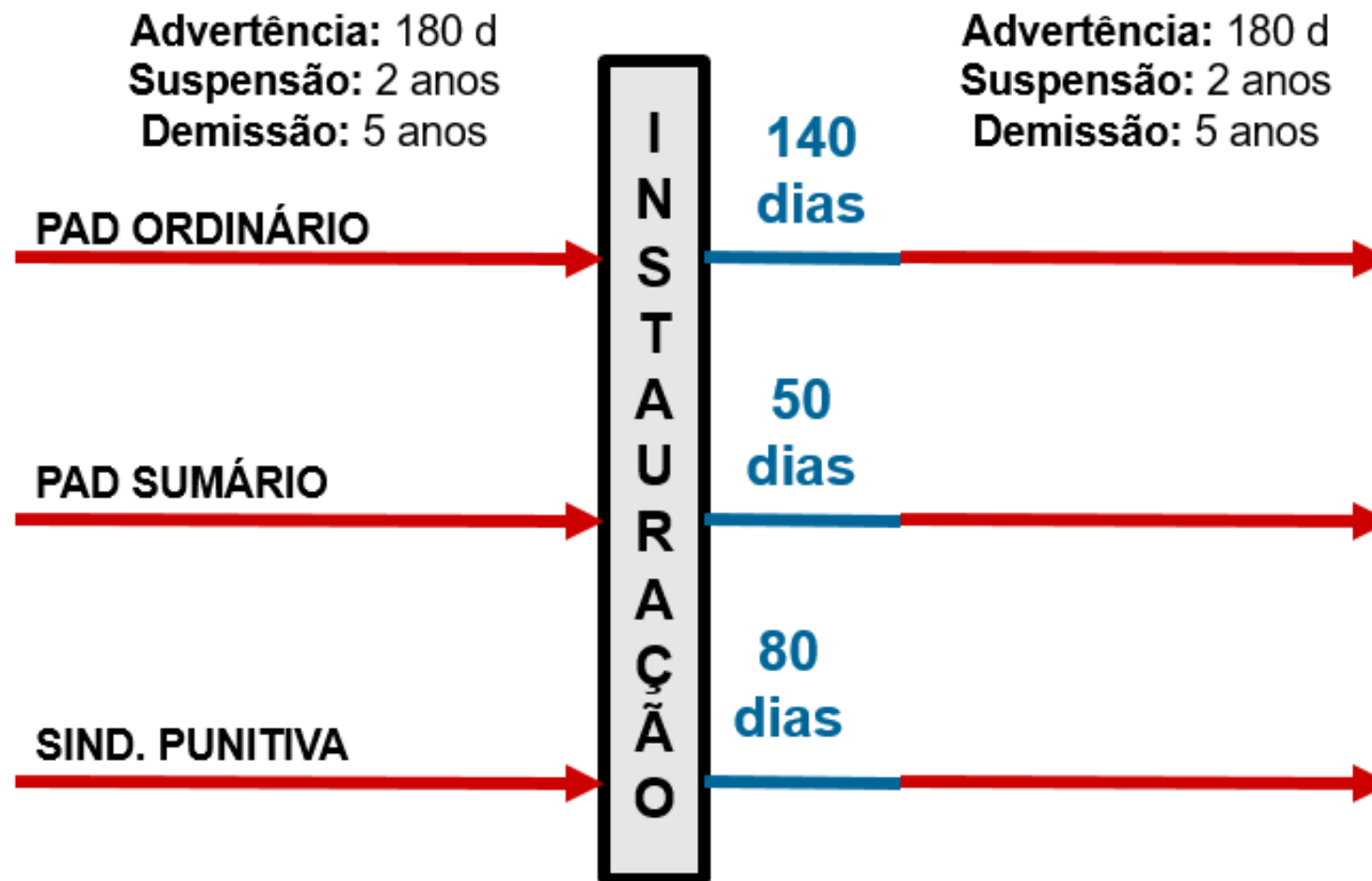
PAD Ordinário	PAD Sumário	Sindicância Punitiva
$60 + 60 + 20 = 140 \text{ d}$	$30 + 15 + 5 = 50 \text{ d}$	$30 + 30 + 20 = 80 \text{ d}$

➤ Enunciado CGU nº 01

Prescrição. Interrupção. *O processo administrativo disciplinar e a sindicância acusatória, ambos previstos pela Lei n.º 8.112/90, são os únicos procedimentos aptos a interromper o prazo prescricional.*

Prescrição

Prescrição



Prescrição

SÚMULA 635 - STJ

Os prazos prescricionais previstos no art. 142 da Lei n. 8.112/1990 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato, interrompem-se com o primeiro ato de instauração válido - sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar - e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 140 dias desde a interrupção.

(Súmula n. 635, Primeira Seção, julgado em 12/6/2019, DJe de 17/06/2019.)

Prescrição

Nova suspensão do prazo prescricional

PARECER n. 0003/2018/CPPAD/DECOR/CGU/AGU

EMENTA: SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO. ORDEM JUDICIAL DE SUSPENSÃO DE INVESTIGAÇÃO OU DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INTIMAÇÃO DO INVESTIGADO/ACUSADO. PROPOSTA DE ENUNCIADO DA CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO.

I- A suspensão, por ordem judicial, das investigações ou do processo administrativo disciplinar, leva à suspensão do prazo prescricional, antes ou após a sua instauração.

.....

Prescrição

Enunciado CGU nº 4

Prescrição. Instauração.

A Administração Pública pode, motivadamente, deixar de deflagrar procedimento disciplinar, caso verifique a ocorrência de prescrição antes da sua instauração, devendo ponderar a utilidade e a importância de se decidir pela instauração em cada caso.

Prescrição

Parecer n. 00306/2019/CONJUR-CGU/CGU/AGU

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. JULGAMENTO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. PARECER VINCULANTE Nº GMF- 03/2016.

I- Nos termos do Parecer Vinculante nº CMF- 03/2016, a Corte Suprema no MS 23.262 declarou a inconstitucionalidade do art. 170 da Lei n. 8.112/90 com fundamento no princípio da presunção de inocência no âmbito do processo administrativo disciplinar (na sua projeção como garantia), impedindo qualquer medida restritiva na condição funcional do servidor quando constatada a prescrição e extinta a punibilidade, visto que, nessa hipótese, não existe a potencialidade de formação processual da culpa.

II - Assim, no âmbito dos processos administrativos disciplinares, uma vez extinta a punibilidade pela prescrição, a Administração não poderá atribuir ao servidor qualquer medida desabonadora de sua conduta funcional, ainda que de forma reflexa.

Prescrição Penal

- ❖ **Ilícito administrativo também capitulado como ilícito penal**
- ❖ **Ainda que não haja inquérito ou ação penal (Parecer nº JL 06)**
- ❖ **Abandono de cargo público (Parecer nº GMF – 06)**

Prescrição Penal

Parecer nº GMF – 06

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. MATÉRIA DISCIPLINAR. ANALOGIA COM O DIREITO PENAL. ABANDONO DE CARGO. NATUREZA PERMANENTE. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. CESSAÇÃO DA PERMANÊNCIA.

I - As condutas que são objeto de persecução na esfera administrativa poderão, ante a omissão legislativa administrativa, por analogia e conforme avaliação do caso concreto, obedecer aos mesmos critérios do direito criminal, inclusive quanto a natureza jurídica das infrações e suas implicações quanto à contagem do prazo prescricional.

II - A vontade do agente incide diretamente não apenas para a configuração do abandono de cargo, mas também para a situação de permanência que produz efeitos jurídicos, restando caracterizada, portanto, a prorrogação de sua base consumativa.

III - A infração funcional de abandono de cargo possui caráter permanente e o prazo prescricional apenas se inicia a partir da cessação da permanência.

IV - Deve-se ter a superação (*overruling*) das razões de decidir (*ratio decidendi*) sufragadas nos Pareceres GQ - 206, GQ - 207, GQ - 211 e GQ - 214, com eficácia prospectiva, com base nas recentes decisões judiciais do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, na doutrina e na legislação ordinária estadual.

Prescrição Penal

Medida Provisória nº 928/2020

Art. 6º-C Não correrão os prazos processuais em desfavor dos acusados e entes privados processados em processos administrativos enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Parágrafo único. Fica suspenso o transcurso dos prazos prescricionais para aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 8.112, de 1990, na Lei nº 9.873, de 1999, na Lei nº 12.846, de 2013, e nas demais normas aplicáveis a empregados públicos.

6. No dia 1º de março de 2016 foi recebida denúncia na Corregedoria sobre possível irregularidade no Processo Licitatório n.º 10/2016. Em 16 de maio de 2016, foi publicada a portaria de instauração do respectivo procedimento investigativo, tendo ocorrido o julgamento em 21/08/2017, no qual foi determinada a instauração de procedimento acusatório.

Em 28 de março de 2018 foi assinada a portaria de instauração do Processo Administrativo Disciplinar, cujo objeto é a apuração de possíveis irregularidades no Processo Licitatório n.º 10/2016. Essa portaria foi publicada no Boletim Interno do dia 29 de março de 2018.

O PAD foi julgamento pela autoridade competente em 24 de maio de 2019, tendo a portaria sido publicada no Boletim Interno do dia 27 de maio de 2019.

A partir das informações acima, qual é a data limite para a aplicação das penalidades:

Advertência	Suspensão	Penalidades expulsivas

Julgamento

❖ Autoridade Julgadora

❖ Decreto nº 11.123/2022

- Penalidades expulsivas → delegada aos ministros de Estado - Possibilidade de subdelegação
- CGU → julgamento de processos com recomendação de penalidades expulsivas a ocupantes de cargos CCE-17 e superior - Possibilidade de subdelegação
- Aplicação das demais penalidades permanece regida pela Lei nº 8.112/90 e regimentos internos

Julgamento

❖ Prazo para julgamento

❖ Motivação

❖ Fundamentação *per relationem*
(Súmula 674-STJ)

DECISÃO DE DE DE

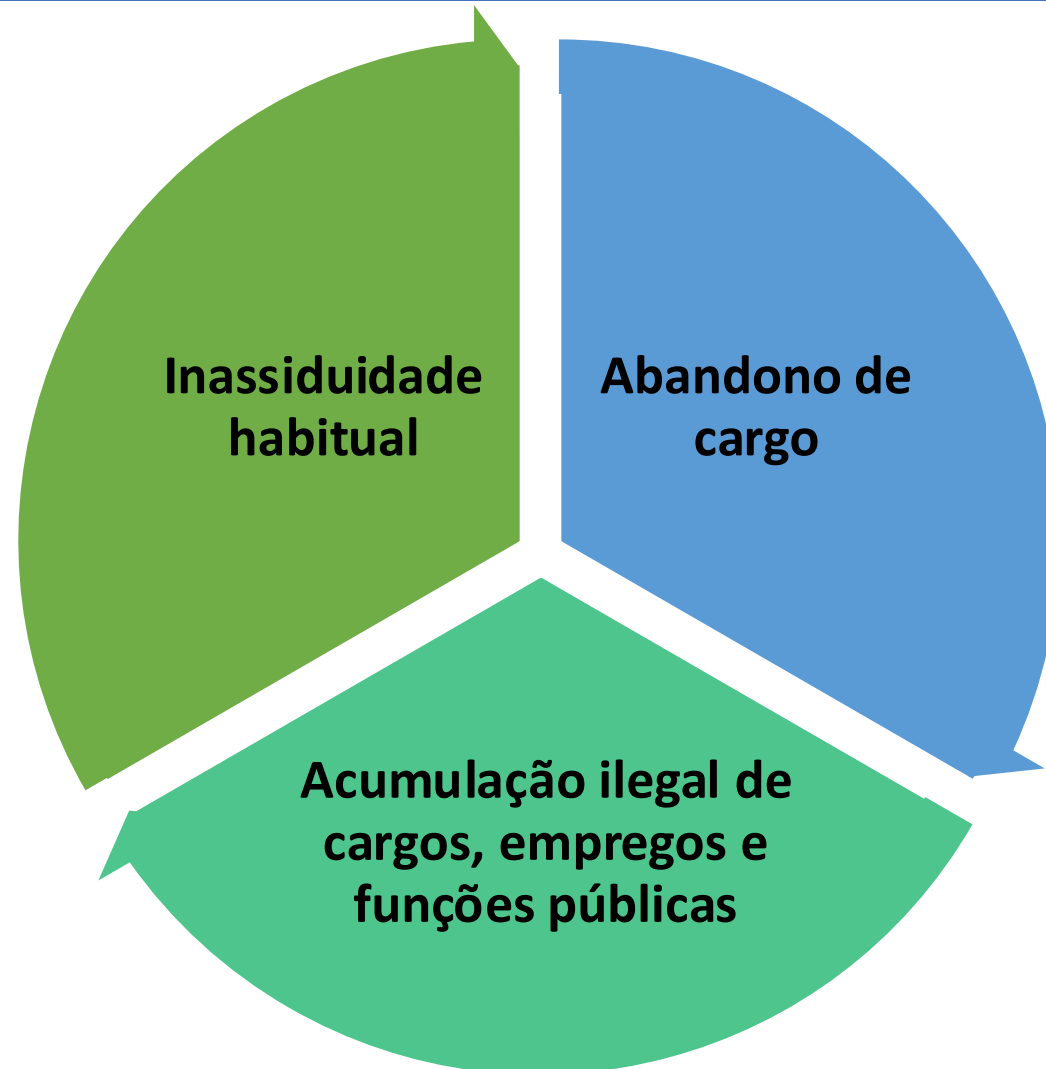
Processo nº: _____

No exercício das atribuições a mim conferidas, ADOTO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº _____ e as recomendações da Assessoria Jurídica contidas no Parecer nº ____ (se for o caso), para aplicar a _____ (nome, cargo, lotação e matrícula do indiciado), nos termos do art. 127, inciso ____ da Lei nº 8.112, de 1990, a pena de _____ por ter (descrever fundamentação legal), infringindo o disposto no _____ (citar os dispositivos legais).

Local, ____ de _____ de 201__.

.....
(Nome e assinatura da autoridade julgadora)

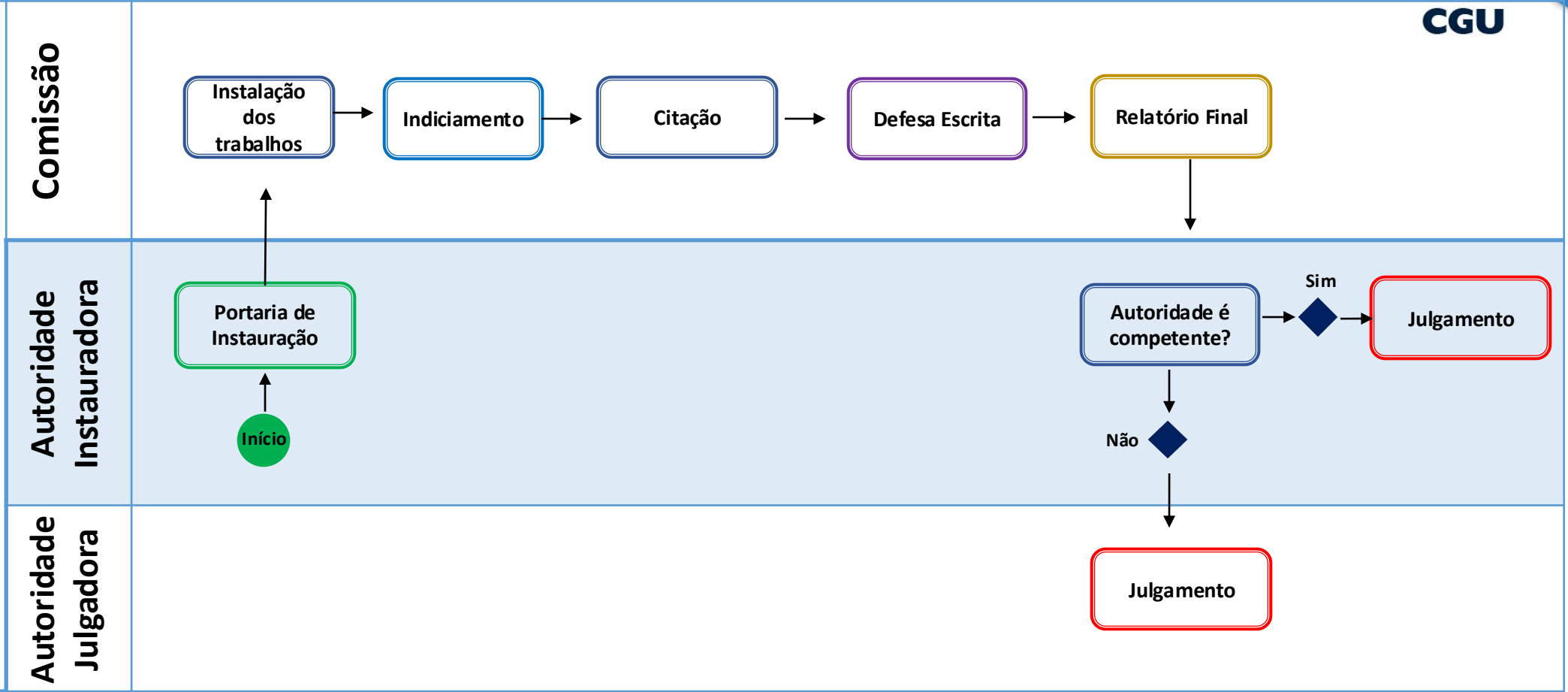
Rito Sumário





CGU

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR RITO SUMÁRIO Lei nº 8.112/90



Rito Sumário

Características Gerais

- ❖ Portaria registra nome do indiciado e infração apurada
- ❖ Comissão com 2 membros estáveis (sem presidente)
- ❖ Inexistência de notificação prévia
- ❖ Provas pré-constituídas
- ❖ Prazos: 30 dias + 15 dias (prorrogação)
- ❖ Indiciação no 3º dia útil
- ❖ Defesa em 5 dias

Rito Sumário

Acumulação Ilegal de Cargos, Empregos e Funções Públicas

- ❖ Regra: proibição
- ❖ Exceções (desde que haja compatibilidade de horário):
 - ❖ dois cargos de professor;
 - ❖ um cargo de professor com outro técnico ou científico;
 - ❖ dois cargos privativos de profissionais de saúde.

Rito Sumário

Acumulação Ilegal de Cargos, Empregos e Funções Públicas

❖ Instrução Normativa SGP/MGI, de 27 de janeiro de 2025:

- ❖ técnico: o cargo público efetivo do Poder Executivo federal para cujo exercício seja exigida habilitação profissional em curso, ministrado por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, que seja legalmente classificado como ensino técnico ou tecnológico; e
- ❖ científico: o cargo público efetivo do Poder Executivo federal para cujo exercício seja exigido conhecimentos e habilitação específica sobre determinado ramo científico, adquirido em nível superior.

Rito Sumário

Acumulação Ilegal de Cargos, Empregos e Funções Públicas

- ❖ Aposentados estatutários (§ 10, art. 37, CF)
- ❖ Aposentados celetistas
- ❖ Rito:
 - 10 dias para opção (boa-fé)
 - Instaurado o PAD, até último prazo de defesa para fazer a opção (boa-fé)
 - Penalidade: demissão de todos os cargos/empregos/funções

Rito Sumário

Abandono de Cargo

- ❖ Elemento objetivo: ausência por mais de 30 dias consecutivos
- ❖ Elementos subjetivo: *animus abandonandi*
- ❖ Enunciado CGU n.º 22

PRESUNÇÃO RELATIVA DE *ANIMUS ABANDONANDI*.

As ausências injustificadas por mais de trinta dias consecutivos geram presunção relativa da intenção de abandonar o cargo.

- ❖ Prescrição 3 anos

Rito Sumário

Inassiduidade habitual

- ❖ Elemento objetivo: ausência por mais de 60 dias no período de 12 meses, interpoladamente ou não
- ❖ Elemento subjetivo: não há
 - Exceção: força maior ou casos fortuito

Nulidades

É o vício que impede o ato jurídico de produzir efeitos.

Só ocorre quando comprovado prejuízo **CONCRETO** à defesa

Nulidades

Alegações mais frequentes:

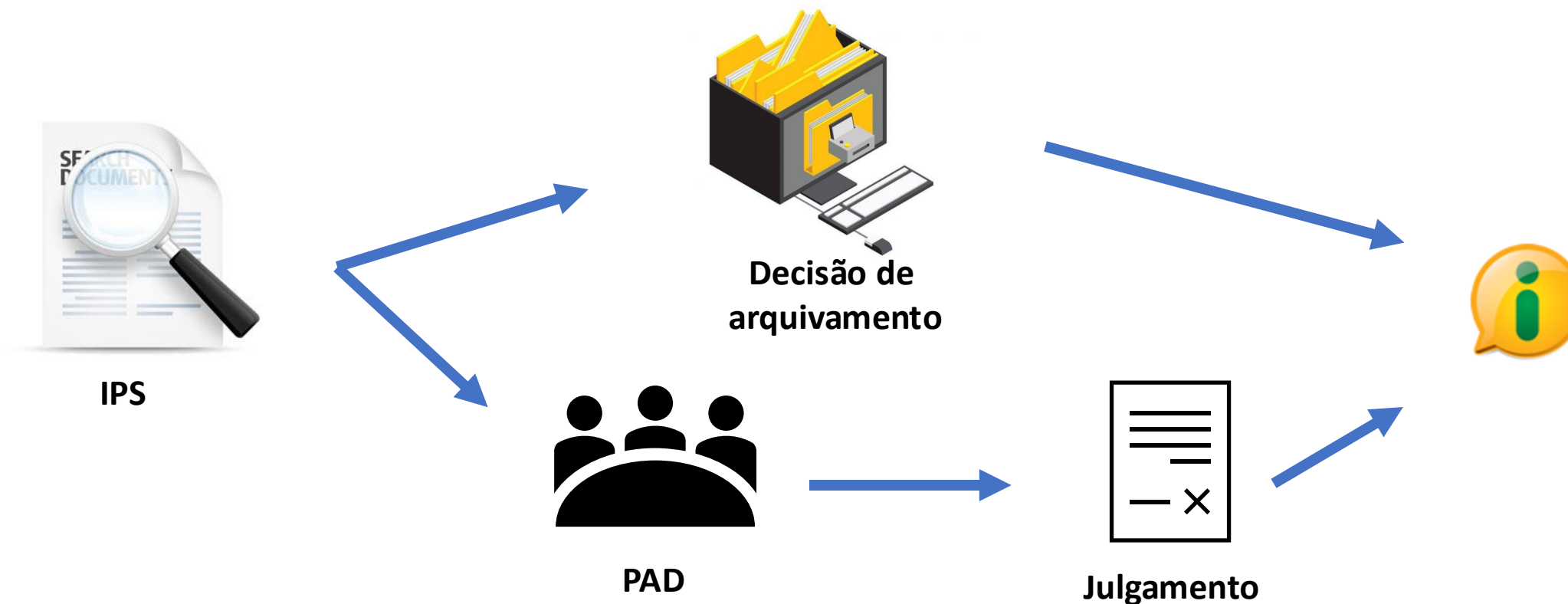
- ❖ Portaria instauradora não delimita a acusação;
- ❖ Negativa de carga do processo fora da repartição;
- ❖ Comissão constituída por servidores de nível hierárquico inferior ao acusado;
- ❖ Ausência de defensor durante todo o PAD;
- ❖ Ausência de notificação do Relatório Final;
- ❖ Impossibilidade de utilização de prova emprestada.

Acesso aos processos correccionais

Lei nº 12.527/2011

Art. 7º.....

§ 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.



**CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO**

